

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	24
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	25

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	26
10.2 - Resultado operacional e financeiro	46
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	54
10.5 - Políticas contábeis críticas	59
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	64

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamentos de riscos, com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades. A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27/08/2020. Referido documento encontra-se disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.jsl.com.br/>)

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos (PGR) da Companhia estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos. Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

A Política de Gestão de Riscos é aplicável a todos os macroprocessos e operações de negócios da Companhia, e deve ser observada por todos os seus colaboradores. A Companhia está em constante processo de reavaliação, desenvolvimento e implantação de ações de melhorias contínuas referentes ao seu processo de gerenciamento de riscos.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 7 (sete) principais grupos:

- a) Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
- b) Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.
- c) Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).
- d) Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

- e) Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.
- f) Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, ou que, de forma geral, possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.
- g) Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte, de acordo com a metodologia adotada:

I. Identificação dos riscos

Por meio das atividades de *self assessment* que consistem na realização de entrevistas conduzidas pela função de Controles Internos e Riscos, das quais participam os gestores dos processos e de demais áreas envolvidas. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita são documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados de acordo com sua natureza e origem.

Mapeamento de processo: consiste na realização de entrevistas conduzidas pela área de Riscos e Controles Internos, onde participam os gestores dos processos com objetivo de mapear o entendimento das atividades do início ao fim, gerando uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia.

II. e Análise e Avaliação dos Riscos por meio de:

Estas etapas consistem na análise da percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência de determinados eventos pelos gestores e diretores de todas as linhas de negócios classificando-os por meio de fatores qualitativos, sendo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade versus impacto de sua ocorrência é representado na matriz de riscos (Matriz 3x3), onde os dados de percepção dos impactos e probabilidades são inseridos na matriz que irá calcular o risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, a avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

III. Tratamento dos riscos:

O tratamento dos riscos envolve a classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de Controles Internos nas áreas selecionadas.

Após a avaliação do risco, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.

As seguintes iniciativas também são tratadas nesta etapa:

Implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis; e

Submissão ao fórum específico (Comitê de Gerenciamento de Riscos) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

IV. Monitoramento dos riscos:

O monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está submetida ocorre através das seguintes iniciativas:

- Análise de indicadores que demonstram a probabilidade, impacto, risco inerente e residual obtidos através da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, através de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – *American Institute Of CPAs* – Instituto Americano de Contadores.

Ademais, por meio dos Comitês de Auditoria e de Controles Internos e Riscos, é realizado o monitoramento dos controles internos, gerenciamento de riscos, avaliação da efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos.

V. Informação e Comunicação:

Essa etapa consiste na comunicação clara e objetiva dos resultados de todas as etapas de gerenciamento de riscos a todas as partes interessadas, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação estabelecidos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para tais responsabilidades. Nesse sentido, o processo de gestão de riscos da Companhia está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:

A Companhia mantém uma **Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade**, responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigá-los. São suas principais atribuições:

- (i) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação;
- (ii) preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos e submetê-los ao Comitê de Auditoria da Companhia;
- (iii) apoiar os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos;
- (iv) avaliar o funcionamento dos controles existentes com objetivo de garantir que os mesmos sejam efetivos na mitigação dos potenciais riscos envolvidos;
- (v) auxiliar as áreas nas atividades de identificação/implantação/adequação de controles

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

internos;

- (vi) identificar a necessidade de implantação de novos controles e/ou aprimoramento nos controles existentes;
- (vii) manter atualizada a matriz de segregação de função e verificar e tratar anualmente os conflitos de segregação de função nos sistemas utilizados na Companhia;
- (viii) confeccionar e/ou revisar a matriz de riscos e controles;
- (ix) monitorar a não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (x) atualizar as diretrizes do Código de Conduta: e disseminá-las entre funcionários e terceiros;
- (xi) informar ao Comitê de Auditoria: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- (xii) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o Canal de Denúncia Companhia, monitorando os planos de ação gerando ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;
- (xiii) avaliar as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia;
- (xiv) avaliar os riscos das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e por terceiros e submeter referida avaliação à diretoria executiva para aprovação ou não.
- (xv) reportar à Diretoria e aos Comitê de Auditoria e Comitê de Controles Internos e Riscos da Companhia as questões atinentes ao gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, especificamente em relação a questões de conformidade, referida área mantém reporte ao Comitê de Ética e Conformidade.
- (xvi) Implantar controles preventivos para mitigar os riscos oriundos do Canal de Denúncia .

A **Diretoria** é responsável por:

- (i) avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance), e prestar contas ao Conselho de Administração da Companhia sobre essa avaliação;
- (ii) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal (quando instalado), das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (i) A **Administração** é responsável por atuar diretamente no gerenciamento de riscos, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Assim, cabe à Administração: assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- (ii) auxiliar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (iii) planejar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas em até 15 (quinze) dias úteis após o envio da comunicação formal das ações enviadas pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade;
- (iv) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade ao Comitê Auditoria da Companhia e ao Comitê de Controles Internos e Riscos da Simpar, sempre que solicitado.

O **Comitê de Auditoria** da Companhia tem como competência:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de Compliance da Companhia;
- (vi) receber da Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e tratar informações, inclusive recebidas via Canal de Denúncia, acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como definir, recomendar a aplicação de medidas disciplinares cabíveis, e garantir a proteção ao denunciante e a confidencialidade da informação;
- (vii) avaliar e monitorar juntamente com a administração e área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidências;
- (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado ao Conselho de Administração contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia;

- (ix) receber reportes da Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e do Comitê de Ética e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de Compliance da Companhia. O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração e a ele se reporta;
- (x) aprovar o Código de Conduta, a Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Controles Internos e suas futuras revisões destes documentos.

A **Auditoria Interna** da Companhia é terceirizada e possui estrutura e orçamentos considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria.

A Auditoria Interna é responsável por:

- (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- (ii) recomendar melhorias de adequação ao ambiente interno e efetividade no processo de gerenciamento de riscos; e
- (iii) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

O **Conselho de Administração** é o órgão central do sistema de governança da Companhia, sendo responsável pela sua perenidade e a criação de valor ao longo prazo. Portanto, cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (compliance). Caberá, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
- (ii) definir o nível de apetite a riscos da Companhia;
- (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo; e
- (iv) aprovar o Código de Conduta, a Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Controles Internos e suas futuras revisões destes documentos.

O **Comitê de Ética e Conformidade** é um órgão não-estatutário, de caráter permanente, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração (a quem se reporta) e a Diretoria Executiva. Compete ao Comitê de Ética e Conformidade:

- (i) cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia;

- (ii) recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- (iii) avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- (iv) validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) validação de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- (vi) acompanhar os indicadores dos responsáveis pelas Funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade, especialmente, aqueles relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

O Comitê de Controles Internos e Riscos da Controladora tem como atribuições:

- (i) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos das empresas da Grupo Simpar;
- (ii) avaliar os planos de trabalho e efetividade das Funções de Controles Internos e Riscos das empresas do Grupo Simpar;
- (iii) acompanhar a execução e implementação dos planos de ação decorrentes dos trabalhos de controles internos nas empresas do Grupo Simpar;
- (iv) avaliar os riscos apontados na matriz de riscos das empresas do Grupo Simpar, bem como a tolerância e impactos aplicáveis a cada uma delas;
- (v) validar a metodologia de apuração dos fatores de riscos e parâmetros de cálculos para as exposições e impactos no Grupo Simpar.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, a Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A Auditoria Interna também é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Adicionalmente, as atribuições da Auditoria Interna, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020, são: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Por fim, a auditoria interna terá seu orçamento avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas a Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) *Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.*

Em 12 de fevereiro de 2019, o conselho de administração da JSL S.A. aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado ("Política").

Após a reorganização societária da JSL S.A., a Política foi, em 05 de agosto de 2020, aprovada pelo Conselho de Administração da Simpar S.A., controladora da Companhia. A Política é aplicável a todas as sociedades controladas da Simpar S.A., incluindo a Companhia ("Grupo Simpar") e visa a implementação de um processo formal de gerenciamento de riscos de mercado para todas as sociedades do Grupo Simpar.

b) *Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:*

O objetivo da Política é a gestão do risco financeiro do Grupo Simpar, tendo como foco o risco de mercado e contraparte. A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais, além de seguir os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e do exterior e estabelece políticas e limites que norteiam as ações das áreas envolvidas na execução das operações de hedge, obedecendo os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da Simpar S.A. e da JSL S.A. A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- Componentes da Política:
 - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
 - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- Processo de gestão:
 - Análise das posições do balanço patrimonial;
 - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
 - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
 - Comunicação das estratégias executadas;
 - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:
 - A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

i. *Riscos para os quais se busca proteção.*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia busca proteção para todos os riscos descritos no item 4.2, mas, principalmente, para o risco de variação de taxa de juros e de câmbio, que se referem, respectivamente, às atividades atreladas à variação da taxa de juros, pré ou pós fixados e índices de inflação e às atividades atreladas à variação de outras moedas.

Risco de câmbio

A Companhia possui a maioria de sua receita e despesa em moeda local, sendo que menos de 1% da receita bruta total provém de subsidiárias do exterior. Qualquer instrumento gerador de risco adicional é objeto de análise e busca de proteção patrimonial.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de câmbio, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições cambiais serão mensuradas pelo Agente de Cálculo externo;
- exposições cambiais e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Risco de inflação

Os contratos de serviços prestados pela Companhia possuem fórmula paramétrica de indexação dos seus custos com reajuste anual.

Risco de oscilações nas taxas de juros

Nos termos da Política, no que tange a taxa de juros, a Companhia entende que a indexação de taxas pós-fixadas é a que proporciona a melhor aderência ao valor real do dinheiro. Sendo assim, a remuneração dos passivos e ativos financeiros terá como padrão taxas pós-fixadas como o CDI, ou indexadas a índice de inflação. Os instrumentos financeiros afetados pela taxa de juros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, que estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de juros, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições a taxas de juros serão mensuradas mensalmente conforme os métodos descritos na Política;
- exposições a taxas de juros e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras;
- para fins de mitigação dos riscos de juros, a Companhia poderá adotar o hedge natural entre ativos e passivos com a mesma indexação, ou seja, operações de hedge com instrumentos derivativos poderão ser contratadas sobre o saldo líquido da exposição de juros.

Risco de Crédito

O processo de avaliação e gestão de risco de crédito é efetuada de forma segmentada nas empresas controladas JSL.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

No geral, são realizadas análises na qualidade da carteira dos clientes, considerando sua performance de pagamentos, bem como o grau de exposição, tipo de operação, tempo de relacionamento e o modelo de negócios. Desta forma, temos a mitigação dos riscos de crédito, principalmente nas operações dedicadas de longo prazo.

Adicionalmente a empresa realiza todo o acompanhamento de seu portfólio de crédito, observando a capacidade de pagamentos de seus clientes, bem como o seu histórico de relacionamento comercial de longo prazo, a diversificação do segmento de atuação de forma a evitar a concentração em determinado setor econômico, sendo que a concentração majoritária de seu risco se encontra na classificação de baixo risco.

Dentro do aprimoramento contínuo dos processos internos, a Companhia está efetuando a revisão dos seus processos para complementar a política de risco de crédito institucional.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia pode utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e nos termos da Política. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia possui os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge:

- Contratos de *Swap* (Juros);

Não é permitida a venda líquida de Opções, definida conforme os padrões de elaboração de Demonstrações Financeiras. É permitida a venda de opções que, em conjunto com outras operações, não constitua uma venda líquida de opções.

Qualquer instrumento, operação ou estratégia que, isoladamente ou combinados, crie qualquer tipo de alavancagem adicional ou contenham dispositivos contratuais que a tornem alavancadas adicionalmente, estão terminantemente vetadas.

As operações não listadas como instrumentos elegíveis somente poderão ser executadas mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

Os parâmetros utilizados foram citados neste item 5.2 (b).

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A administração da Companhia e o Comitê Financeiro , em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta das áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que rege os procedimentos de controles internos é executado, a fim de fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras;
- Validação dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos. (fase de validação dos desenhos dos controles)
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia.
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ações com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das descritas no item 5.1.(b) são: a Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia os controles internos (fase de desenho dos controles) aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ações necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria, acompanha o processo de avaliação de controles internos executada pela auditoria interna e pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela gestão de indicadores financeiros e operacionais, que são monitorados por meio de reuniões mensais de resultado, nas quais as Diretorias e Gerências de negócio da Companhia apresentam o desempenho de cada segmento da Companhia. A área de gestão integrada, responsável pela formalização de processos e controles, presta suporte à Diretoria Executiva no monitoramento de referidos indicadores. No caso de deficiências, planos de ação são traçados, com objetivos e metas, e são acompanhados mensalmente pela área de gestão integrada e discutidos nas reuniões de resultado, com supervisão da Diretoria Executiva.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, em conjunto com a Auditoria Interna, realiza um trabalho de identificação de riscos e controles, conforme disposto no item 5.1.(b) acima. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ações adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Como já mencionado, o Comitê de Auditoria acompanha o processo de avaliação de controles internos executado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, em conjunto com a Auditoria Interna, através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este trabalho, os auditores independentes não identificaram deficiências significativas.

e. Comentários dos Diretores sobre as medidas adotadas, ou a serem adotadas, para

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**corrigir as deficiências reportadas no item 5.3.d**

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da JSL S.A e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, os auditores externos não identificaram deficiências significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota o Programa de Conformidade alinhado com aquele de sua controladora SIMPAR S.A.. Tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência.

De modo a orientar a interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU, e também leva em consideração as disposições previstas nas seguintes leis (sem limitação): (i) Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (ii) Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); (iv) Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); (v) Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações); e (vi) Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da SIMPAR S.A. e de suas controladas (o Grupo Econômico da JSL) inclui as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas: Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da SIMPAR S.A. e suas controladas, que inclui a Companhia:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta da Companhia e foi ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 27/08/2020 (“Código de Conduta”) e se aplica a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; (iv) condutas esperadas do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; (xi) Linha Transparente, (xii) Canal Aponte o Risco e (xiii) canal de denúncia.
- **Política de Doações e Patrocínios:** A Companhia adota a Política de Doações e Patrocínios da Controladora, a qual se aplica a todos os colaboradores, independente do cargo ou função das

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

empresas do Grupo Econômico da JSL, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio do Grupo Econômico da JSL ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Companhia para a realização de doações e patrocínios.

- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia adota a Política de Participação em Licitação Pública da Controladora, que se aplica a todos os colaboradores das empresas do Grupo Econômico da JSL, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas.
- Política de Interação com o Poder Público: A Companhia adota a Política de Interação com o Poder Público da Controladora, que se aplica a todos os colaboradores das empresas do Grupo Econômico da JSL, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos, além de disseminar a obrigação da observância destas diretrizes proibições e regramentos na atividade de terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros
- Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: Companhia adota a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades, que se aplica a todos os colaboradores das empresas do Grupo Econômico da JSL, define as diretrizes e orientações que devem ser observados durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento.
- Linha Transparente: Canal dedicado ao envio de dúvidas e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas da Companhia, que pode ser acessado por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail conformidade@jsl.com.br, por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;
- Canal de Denúncias: foi criado em 2010 quando o recebimento e as tratativas das denúncias eram realizados pela Auditoria Interna, mas em novembro de 2016 foi terceirizado, para uma empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone, site e e-mail, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Área de Compliance., acessível ao público interno e externo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em 2020 adotamos um novo fluxo para explorar o material obtido após a conclusão da apuração das denúncias em duas frentes e utilizando a ferramenta de GRC (*governance, risk and compliance*): (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações preventivas e melhorias de processo e (ii) apontamentos para a área de Controles Internos e Riscos visando enriquecer as matrizes de trabalho.

- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Compliance sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com a criticidade representada pelo terceiro.

No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo. Ainda no momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele é obrigado a ler e declarar ciência do Código de Conduta, da Companhia.

A empresa identificou alguns terceiros como críticos em razão da natureza e/ou da relação de contratação, e eles são submetidos a um questionário de *due diligence*, avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade é responsável por realizar pesquisas complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e emitir parecer sobre os riscos da contratação.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade monitora periodicamente o cumprimento e execução do programa de conformidade da Companhia realizando, entre outras atividades: (i) avaliação das doações e patrocínios a órgãos públicos e privados; (ii) avaliação de todas as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia/ (iii) condução de processo de homologação/*due diligence*/similares que são aplicados quanto a terceiros contratados pela Companhia; (iv) promoção da transparência das informações prestadas; (v) orientações em caso de dúvidas sobre o Programa de Conformidade; (vi) emissão de pareceres sobre as algumas obrigações legais aplicáveis aos negócios da companhia; e (vii) homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. O último ciclo de treinamento foi lançado em 2019, e o novo ciclo será lançado em 2021. Além disso, no momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre o Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da adotados pela Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto aos gestores e Diretores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo benefício de seu gerenciamento. O monitoramento deste processo é realizado pela Diretoria.

A Administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da administração pública.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, em especial, do Programa de Conformidade da Companhia, são a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, o Comitê de Ética e Conformidade e o Comitê de Auditoria da Companhia, cujas atribuições são previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 27/08/2020, e estão descritas no item 5.1, b, acima.

A independência e autonomia da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são garantidas através do dever de reporte ao Comitê de Auditoria e à Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da controladora SIMPAR S.A. sobre todas as ações que envolvem o programa de conformidade e seus indicadores, bem como a gestão de riscos e de controles internos.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade, com o auxílio do Comitê de Ética e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio da Companhia. A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e, nesta função, se reportam ao Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Ética e Conformidade, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o responsável, principalmente na manutenção do Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração com poderes deliberativos e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Conduta que é baseado na última versão do Código de Conduta da SIMPAR S.A., o qual se aplica a todas as suas controladas, coligadas e consorciadas, incluindo a Companhia. Dessa forma, em 27/08/2020, o Conselho de Administração da Companhia ratificou o Código de Conduta de sua controladora, o qual foi revisado pela última vez em 05/08/2020.

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

O Código de Conduta da Companhia se aplica a todas as empresas por ela controladas e as suas coligadas e consorciadas, no âmbito de seus respectivos contratos, bem como aos seus diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros no geral da Companhia (em conjunto, "Colaboradores").

- ***se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Os Colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da sua contratação/integração e um treinamento anual.

Adicionalmente, a cada ano os principais executivos se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da companhia. Neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação de questões relacionadas ao programa de conformidade.

Por fim, no evento anual de vendas, onde também são reunidas as principais lideranças da Companhia, também há pauta reservada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Conduta.

as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Conforme disposto no próprio Código de Conduta, o descumprimento de quaisquer das suas diretrizes ou das demais normas internas adotadas pela Companhia poderão ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes:

- (i) advertência, oral ou por escrito;
- (ii) suspensão; ou
- (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa.

No caso de comprovação de descumprimento das normas do programa de conformidade por terceiros a Companhia poderá resiliir a relação comercial, aplicar as sanções contratuais, solicitar a substituição de mão de obra interna, buscar ressarcimentos e indenizações, tudo nos termos do previsto no contrato firmado entre as partes e a legislação aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

O Código de Conduta da Companhia é baseado na última versão do Código de Conduta da sua controladora, a SIMPAR S.A., que foi formalmente ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27/08/2020 e pode ser encontrado no seu website: (<https://ri.jsl.com.br/>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- ***se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros***

O Canal de Denúncia foi criado em 2010, quando o recebimento e as tratativas das denúncias eram realizados pela Auditoria Interna, mas em novembro de 2016 foi terceirizado, para uma empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone, site e e-mail, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada.

O anonimato é garantido, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

- Desde 2020 há a adoção de fluxo para explorar o material obtido após a conclusão da apuração das denúncias em duas frentes e utilizando a ferramenta de GRC (governance, risk and compliance): (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações preventivas e melhorias de processo; e (ii) apontamentos para a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade visando enriquecer as matrizes de trabalho. ***se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***

O Canal de Denúncias está disponível para todos os Colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e clientes que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus Colaboradores, acionistas e demais interessados.

- ***se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé***

O Canal de Denúncia da Companhia foi projetada de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais e, caso o denunciante deseje, poderão ser feitas de forma anônima, conforme previsto

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

no Código de Conduta.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

- Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação. ***órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, que é responsável por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

Cumpre ressaltar que (i) denúncias envolvendo membros da Presidência e a Diretoria são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia, (ii) denúncias envolvendo a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade, e (iii) denúncias envolvendo membros do Comitê de Auditoria são encaminhadas para o Comitê de Auditoria.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Na ocorrência dos casos citados, a Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de "Due Diligence" de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, a Companhia efetuou a atualização do portfólio de riscos com as suas devidas classificações de probabilidade e impacto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos diretores****10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Comentários dos diretores****Introdução**

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 10.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" ("Receita Líquida") para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(i) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Em 2021 a JSL reportou uma receita bruta total de R\$ 5.184 milhões comparativamente a R\$ 3.387 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.761 milhões ou +52,0%. Essa variação deve-se principalmente ao aumento de volume nossos clientes junto com a consolidação das companhias adquiridas – Transmoreno, Fadel, Rodomeu, TPC e Marvel.

Em 2020 a JSL reportou uma receita bruta total de R\$ 3.387 milhões comparativamente a R\$ 3.700 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$313 milhões ou -8,5%. Essa variação deve-se principalmente à redução de volume em função dos impactos da pandemia do novo Coronavírus. O setor automotivo foi o mais impactado, visto que as plantas das principais montadoras do país ficaram fechadas em abril de 2020, retomando suas atividades de maneira gradual a partir da segunda quinzena de maio.

Em 2019, a JSL reportou uma receita bruta total de R\$ 10,8 bilhões, com taxa de crescimento de 16,6% em relação a 2018, devido ao crescimento de todos os segmentos da Companhia. Para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$5,3 bilhões sendo R\$ 378,0 milhões em Logística, principalmente em ativos operacionais, compreendendo veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, além de um investimento de R\$ 866,7 milhões na Vamos, sendo R\$ 835,0 milhões em expansão e R\$ 31,8 milhões em renovação, um investimento na Movida de R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão em expansão e R\$ 2.4 bilhões em renovação, um investimento na CS Brasil de R\$ 571,7 milhões, sendo R\$ 478 milhões em expansão e R\$ 93,7 milhões em renovação. Tivemos também um investimento de R\$ 8,4 milhões na Original Concessionárias, voltado para renovação. Em 2019 tivemos uma receita de Revenda usual de ativos de R\$ 2.6 bilhões, perfazendo assim, um investimento total líquido de R\$ 2,7 bilhões.

Importante mencionar que a JSL possui uma grande flexibilidade de postergar a renovação de seus ativos, devido à baixa idade média da frota. A maior parte dos investimentos em expansão em Logística foi direcionada para os segmentos de Gestão e Terceirização, e Serviços Dedicados, operações com maior valor agregado ao cliente.

Vale ressaltar que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, pois depende do momento em que os novos contratos são fechados, tendo em vista que os mesmos possuem um período de implantação que varia na média de 90 a 120 dias (intervalo este, que compreende gastos sem qualquer receita, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação onde todos os volumes de contratos estão operando em capacidade plena).

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A JSL S.A. ("Controladora" ou "Companhia") junto com suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") operam em dois segmentos de negócios: transporte rodoviário de cargas e logística ("JSL Logística") e tesouraria.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Patrimônio Líquido	1.329.851	1.065.146	2.379.963
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	4.295.978	2.826.797	9.686.209
Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	272.548	40.971	318.625
EBITDA (i)	758.072	517.449	2.115.909
Margem EBITDA (ii)	17,65%	18,31%	21,84%
Dívida Bruta Ajustada (iii)	3.630.192	2.326.647	14.007.458
Dívida líquida ajustada (iv)	2.672.202	1.632.135	7.562.345
Caixa e equivalentes de caixa	152.951	64.575	591.815
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	802.044	574.650	5.182.665
Instrumentos financeiros derivativos	2.995	55.287	670.633
Alavancagem líquida (v)	3,52	3,15	3,57
Liquidez imediata (vi)	0,79	0,69	1,24
Liquidez corrente (vii)	2,19	2,01	1,90
Liquidez seca (viii)	1,85	1,25	1,61

(i) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do período ou exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) A “Margem EBITDA” consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(iii) A “Dívida Bruta Ajustada” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

(iv) A “Dívida Líquida Ajustada” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Líquida subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

(v) A “Alavancagem Líquida” é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA de determinado período.

(vi) A “Liquidez imediata” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do caixa e equivalentes de caixa mais títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras (circulantes), dividida pelo passivo circulante.

(vii) A “Liquidez corrente” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(viii) A “Liquidez seca” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma do Caixa e equivalentes de caixa mais títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras (circulante) mais contas a receber (circulante), dividida pelo passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta Ajustada era de R\$ 3,6 bilhões, representando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 2,7 bilhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2021 perfazia R\$ 0,1 bilhão, e desta forma o caixa disponível, equivalente a 9,3x da dívida de curto prazo. Vale ressaltar que os ativos da Companhia são compostos primordialmente por veículos leves e pesados, que, em geral, possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta Ajustada era de R\$ 2,1 bilhões, representando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 1,4 bilhão. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 perfazia R\$ 0,2 bilhão, e desta forma o caixa disponível, equivalente a 2,7x da dívida de curto prazo. Vale ressaltar que os ativos da Companhia são compostos primordialmente por veículos leves e pesados, que, em geral, possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta Ajustada era de R\$ 14,0 bilhões, representando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 7,6 bilhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 perfazia R\$ 2,0 bilhões, e desta forma o caixa disponível, equivalente a 2,9x da dívida de curto prazo. Vale ressaltar que os ativos da Companhia são compostos primordialmente por veículos leves e pesados, que, em geral, possuem um mercado secundário líquido.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

(ii) Estrutura de Capital

Nossa diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio no qual a Companhia atua, o qual tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

A Dívida Líquida Ajustada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 era R\$ 2,0 bilhões, R\$ 1,4 bilhão e R\$ 7,6 bilhões, respectivamente, frente a um ativo imobilizado líquido de R\$ 3,0 bilhões, R\$1,8 bilhões e R\$9,6 bilhões, respectivamente. A relação do ativo imobilizado líquido por dívida líquida, nestes períodos, foi 1,5x, 1,3x e 1,3x, respectivamente. Vale destacar que a Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 efetuou investimentos brutos de R\$ 0,2 bilhões, R\$ 0,1 bilhões e R\$ 0,1 bilhões, respectivamente, compreendendo veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 18,7% de capital próprio e 81,3% de capital de terceiros, comparados a 22% de capital próprio e 78% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 22% de capital próprio e 78% de capital de terceiros, comparados a 11,7% de capital próprio e 88,3 % de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 11,7% de capital próprio e 88,3% de capital de terceiros, comparados a 7,9% de capital próprio e 92,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	5.792.396	3.773.610	17.888.271
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.329.851	1.065.146	2.379.963
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	7.122.247	4.838.756	20.268.234
Parcela de capital de terceiros	81,3%	78,0%	88,3%
Parcela de capital próprio	18,7%	22,0%	11,7%

O capital de terceiros da Companhia é representado pela soma do passivo circulante mais passivo não circulante.

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida bruta ajustada de curto prazo	102.772	234.832	2.019.790
Dívida bruta ajustada de longo prazo	3.527.420	2.091.815	11.987.668
Dívida Bruta Ajustada (i)	3.630.192	2.326.647	14.007.458

(i) A "Dívida Bruta Ajustada" é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

um mercado secundário líquido.

(iii) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Companhia apresentou posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2021, R\$ 0,6 bilhão em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2019. A dívida bruta ajustada de curto prazo da Companhia, definida como a soma de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante, era de R\$ 0,1 bilhão em 31 de dezembro de 2021, R\$ 0,2 bilhão em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

A dívida de curto prazo é composta principalmente de financiamentos para aquisição de veículos, cujos fluxos de amortização são compatíveis com os prazos dos contratos e os valores residuais são quitados, em sua maioria, com recursos das vendas dos ativos.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais e atividades de investimento

No exercício de 2021, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 264,4 milhões e R\$ 415,1 milhões, respectivamente. No exercício de 2020, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 1.331,7 milhões e R\$ 229,6 milhões, respectivamente. No exercício de 2019, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 1.999,6 milhões e R\$ 217,1 milhões, respectivamente. Em 2021 a utilização do caixa concentrou-se principalmente em investimentos em ativos operacionais para locação no montante de R\$ 573,3 milhões. A variação em 2020 foi principalmente decorrente da utilização do caixa para investimentos em ativos operacionais para locação no montante de R\$ 3.276,8 milhões, que está em linha com o plano de expansão das operações da Companhia.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta ajustada em 31 de dezembro de 2021:

Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante de jan/2022 até dez/2022	102.772	2,83%
Total passivo não circulante	3.527.420	97,17%
2023	171.898	4,74%
2024	379.808	10,46%
2025	651.936	17,96%
2026	642.303	17,69%
2027	597.303	16,45%
2028	1.084.173	29,87%
Total	3.630.192	100,00%

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta ajustada em 31 de dezembro de 2020:



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante de jan/2021 até dez/2021	234.832	10,09%
Total passivo não circulante	2.091.814	89,91%
2022	205.535	8,83%
2023	563.042	24,20%
2024	459.001	19,73%
2025	864.237	37,15%
Total	2.326.647	100,00%

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2019:

Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante até dez/20	2.019.790	14,42%
Total passivo não circulante	11.987.668	85,58%
2021	1.899.429	13,56%
2022	1.873.413	13,37%
2023	1.635.222	11,67%
2024	6.330.604	45,19%
2025	195.435	1,40%
2026 em diante	53.565	0,38%
Total	14.007.458	100,00%

(iv) **Fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(v) **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(vi) **níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

O saldo referente a arrendamento por direito de uso em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é de R\$ 314.955 mil, R\$ 209.374 mil e R\$ 517.700, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo referente a arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 42.677 mil a uma taxa de juros média de 4,15% a.a., em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 62.026 mil a uma taxa de juros média de 4,40% a.a., em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 401.612 mil a uma taxa de juros média de 6,88% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 tem como último vencimento de parcela até dezembro de 2024.

O saldo referente a Risco sacado a pagar - montadoras em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.043 mil, 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 12.051 mil. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo de Risco Sacado a pagar – montadoras.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em regra, para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos, a Companhia utiliza: (i) FINAME e captações de bancos comerciais e títulos de renda fixa nos mercados doméstico e internacional, e em 31 de dezembro de 2020 representava R\$ 60.886 mil a 2,83 % a.a. pré-fixados com vencimento até jan/2024; em 31 de dezembro de 2019 representava R\$ 203.168 mil, sendo R\$ 15.704 mil vinculados a TJLP/Selic com uma taxa de juros média de 10,0 % a.a. com vencimento até abr/2024 e R\$ 187.464 mil a 4,6% a.a. pré-fixados com vencimento até jan/2025; em 31 de dezembro de 2018 representava R\$ 242.914 mil a uma taxa de juros média de 9,2 % a.a. indexados à taxa CDI e pré-fixado, e com último vencimento até mar/2023; (ii) para a aquisição de parte dos veículos leves, os diretores esclarecem que utilizamos o Leasing, e em 31 de 2020 representava R\$ 313.406 mil a uma taxa de juros média de 4,22,59 % a.a. indexados à taxa CDI, e pré-fixado, e com último vencimento até fev./2025; em 31 de dezembro de 2019 representava R\$ 401.612 mil a uma taxa de juros média de 7,2 % a.a. indexados à taxa CDI e pré-fixado, e com último vencimento até dez/2023; e em 31 de dezembro de 2018 representava R\$ 942.390 mil, sendo R\$ 297.571 mil vinculados a TJLP/Selic com uma taxa de juros média de 10,6% a.a. com vencimento até 2028.

Ademais, os Diretores da Companhia informam abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em vigor em 31 de dezembro de 2021:

1. Em 20 de março de 2017 os contratos referentes a 7ª e 9ª emissão de debêntures foram repactuados, tornando-se a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado pela controlada JSL S/A no valor de R\$ 400 mil. O vencimento ocorrerá em 20/09/2028. A remuneração é de 100% DI + spread de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$155.518 e R\$ 226.648, respectivamente.

2. Contrato referente à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado pela controlada JSL S/A em 20 de junho de 2017, no valor de R\$ 400.000 mil e vencimento em 20/09/2028. A remuneração é de 100% DI + spread de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 406.780 e R\$ 401.067, respectivamente.

3. Contrato referente à 12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e garantia fidejussória, em série única, escriturada com a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado pela controlada JSL S/A em 20 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 600.000 mil e vencimento em 20/09/2028. A remuneração é de 100% DI + spread de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 579.910 e R\$ 564.706, respectivamente.

4. Contrato referente à 15ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de misto de garantia firme e melhores esforços de colocação da controlada JSL com a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vortex Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado em 20 de outubro de 2021, no valor de R\$ 700.000 mil e vencimento em 20 de outubro 2028. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,70%a.a. a e a remuneração. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 711.581 mil.

5. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido pela controlada JSL S/A em 14 de agosto de 2019. A quantidade emitida foi de 470.895 mil CRA, sendo (i) R\$ 108.210 mil primeira série; e, (ii) 362.685, segunda série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 470.895 mil. O vencimento para o CRA I e II ocorrerá em 17/11/2025. A remuneração é DI+ 0,70% a.a. para o CRA I, e, IPCA+3,55% a.a. para o CRA II. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 534.627, respectivamente.

6. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido pela controlada JSL S/A em 20 de maio de 2020. A quantidade emitida foi de 400.000 (quatrocentos mil) CRA em única série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 400.000 mil. O vencimento para o CRA em 15/05/2025. A remuneração é IPCA + 6,09% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 458.734 mil.

7. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido pela controlada JSL S/A em 15 de maio de 2021. A quantidade emitida foi de 500.000 (quinhentos mil) CRA em única série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 500.000 mil. O vencimento para o CRA em 15/05/2031. A remuneração é IPCA + 5,16% a.a. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 539.022 mil.

8. Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro com Banco Safra Leasing S.A. como arrendamento pela controlada e JSL S.A. como arrendatária, assinado em 8 de julho de 2019, com data de vencimento em 08/07/2024 e valor de R\$ 18.170 mil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 13.436 mil.

9. Contrato referente a CCB com o Banco Santander, assinado pela controlada - JSL S/A em 24 de junho de 2020 no valor de US\$ 463.500 mil e vencimento 24/07/2024. A remuneração média foi de 7,55% a.a. O contrato era reflexo dos recursos captados através da 1ª emissão de *Bonds*. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 2.491.969 mil. Entretanto, entre os dias 24 e 29 de junho de 2020, a Companhia efetuou a liquidação do saldo de R\$ 2.550.261, e no mesmo período firmou novos contratos de CCB, nos mesmos valores liquidados. Os contratos de CCB foram cindidos em 31 de agosto de 2020 para a Simpar S/A, através da reorganização societária.

10. Contrato referente à 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado pela JSL S/A em 20 de maio de 2019, no valor de R\$ 450.000 mil. O vencimento da primeira série ocorrerá em 20/05/2024 e da segunda série ocorrerá em 20/05/2026. A remuneração é de 100% DI + limite de 1,90% a.a. para a primeira série, e, 100% DI + limite de 2,20% a.a. para a segunda série. Esta debênture foi cindida em 05/08/2020 para a Simpar S/A, através da reorganização societária.

11. Contrato referente à 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, assinado pela controlada JSL S/A em 02/12/2019, no valor de R\$ 200.000 mil e vencimento em 20/11/2023. A remuneração é de 115,20% DI a.a. Está debênture foi cindida em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

05/08/2020 para a Simpar S/A.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. A exceção a este fato são as emissões de debêntures realizadas pela Companhia e descritas neste Formulário de Referência com o intuito de refinar o capital de giro, dentro da Gestão ordinária de seus negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os Diretores da Companhia esclarecem que alguns financiamentos corporativos estão sujeitos a cláusulas restritivas que, quando não atendidas, determinam a antecipação do vencimento das obrigações, quais as principais sejam:

1. A 10ª, 11ª, 12ª e 15ª Debêntures emitidas pela JSL S.A possuem o seguinte *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA-A ⁽²⁾	Igual ou menor que 3,5
EBITDA-A ⁽²⁾ / despesa financeira líquida ⁽³⁾	Igual ou maior que 2

⁽¹⁾ Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 (trezentos e sessenta) dias.

⁽²⁾ EBITDA-A significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços.

⁽³⁾ despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

2. As emissões dos CRAs da Companhia estão sujeitas às seguintes cláusulas restritivas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Restrição	Limites
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA-A ⁽²⁾	Igual ou menor que 3,5
EBITDA-A ⁽²⁾ / despesa financeira líquida ⁽³⁾	Igual ou maior que 2

⁽¹⁾ Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 (trezentos e sessenta) dias.

⁽²⁾ EBITDA-A significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços.

⁽³⁾ despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

(vii) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores da Companhia informam que em 25 de setembro de 2020 a JSL firmou um contrato de abertura de crédito através de Cédula de Crédito Bancário nº 20.7.0024.1, junto ao BNDES, no valor de R\$ 200.000 milhões. Esta linha de crédito, tem disponibilidade de saque a partir da data da assinatura de até 24 meses, podendo estender o referido prazo por mais 12(doze) meses, mediante a expressa autorização. Do montante da linha aprovada, nenhum valor foi desembolsado.

(viii) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas, assim como as informações contábeis intermediárias consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Comparação dos resultados encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 x 2020
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	4.295,9	100,00%	2.826,8	100,0%	1.469,1
(-) Custo de prestação de serviços logísticos e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(3.571,3)	-83,1%	(2.358,4)	-83,4%	(1.212,9)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(63.991)	-1,5%	(166,8)	-5,9%	102,8
(=) Total do custo de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(3.635,3)	-84,6%	(2.525,1)	-89,3%	(1.110,2)
(=) Lucro bruto	660,6	15,38%	301,7	10,7%	359,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas comerciais	(19,4)	-0,45%	(17,7)	-0,6%	(1,7)
Despesas administrativas	(274,9)	-6,40%	(130,7)	-4,6%	(144,2)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(3,5)	-0,08%	(8,6)	-0,3%	5,0
Outras receitas operacionais, líquidas	161,1	3,75%	50,7	1,8%	110,4
Resultado de equivalência patrimonial	0,0	0,00%	0,0	0,0%	-
(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	523,9	12,2%	195,4	6,9%	328,5
Receitas financeiras	45,8	1,07%	29,6	1,0%	16,2
Despesas financeiras	(247,2)	-5,8%	(214,4)	-7,6%	(32,9)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	322,5	7,5%	10,7	0,4%	311,8
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(49,3)	-1,2%	(6,9)	-0,2%	(42,4)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(0,6)	-0,01%	37,2	1,3%	(37,8)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	(49,9)	-1,2%	30,3	1,1%	(80,3)
(=) Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	272,5	6,3%	41,0	1,4%	231,6
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	-	0,0%	90,35	3,2%	-90,3
(=) Lucro líquido do exercício	272,5	6,3%	131,32	4,6%	141,2
(=) Lucro básico por ação (em R\$)	1,2695		0,8521		0,4174
(=) Lucro diluído por ação (em R\$)	1,2695		0,8521		0,4174

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.295,9 milhões comparativamente a R\$ 2.826,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.469,2 milhão ou +52,00%. Essa variação deve-se principalmente ao aumento de volume nos nossos clientes junto à consolidação das Companhias adquiridas ao longo de 2020 e 2021 – Transmoreno, Fadel, TPC, Rodomeu e Marvel.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 660,7 milhões comparativamente a R\$ 301,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 359 milhões ou +119%. Essa variação foi principalmente em razão do aumento da receita líquida. A margem bruta foi de 15,4% e 10,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, devido principalmente à otimização de nossos processos, diminuição de custos e nossa capacidade de negociação com fornecedores e clientes combinada à aquisição de negócios que contribuíram ao retorno consolidado da JSL.

Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

As Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$-3,5 milhões comparativamente a R\$ - 8,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$5,0 milhões ou +58,9%.

Receitas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 45,9 milhões comparativamente a R\$ 29,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 16,2 milhões ou 54,7%.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 247,3 milhões comparativamente a R\$ 214,4 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 32,9 milhões ou 15,3%, como consequência da elevação da taxa CDI, pelo aumento do volume de dívida líquida média dos períodos e pelo impacto do CDI na correção do saldo a pagar das aquisições de empresas.

Imposto de renda de contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma despesa de R\$ 50,0 milhões comparativamente a um crédito de R\$ 30,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação negativa de R\$80,3 milhões. Essa variação se deu principalmente em função da maior rentabilidade apurada no exercício de 2021.

Lucro líquido do período

O lucro líquido no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 272,5 milhões comparativamente a R\$ 41,0 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 231,6 milhões ou 565,2%. Essa variação se deu principalmente em função de melhor rentabilidade operacional, combinada à consolidação das empresas adquiridas ao longo do ano e ao reconhecimento dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos resultados encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	2.826,8	100,0%	3.102,0	100,0%	(275,2)
(-) Custo de prestação de serviços logísticos e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(2.358,4)	-83,4%	(2.528,0)	-81,5%	169,6
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(166,8)	-5,9%	(161,3)	-5,2%	(5,5)
(=) Total do custo de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(2.525,1)	-89,3%	(2.689,2)	-86,7%	164,1
(=) Lucro bruto	301,7	10,7%	412,8	13,3%	(111,1)
Despesas comerciais	(17,7)	-0,6%	(17,9)	-0,6%	0,1
Despesas administrativas	(130,7)	-4,6%	(114,4)	-3,7%	(16,3)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(8,6)	-0,3%	2,9	0,1%	(11,5)
Outras receitas operacionais, líquidas	50,7	1,8%	0,5	0,0%	50,2
Resultado de equivalência patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0
(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	195,4	6,9%	284,0	9,2%	(88,6)
Receitas financeiras	29,6	1,0%	72,6	2,3%	(43,0)
Despesas financeiras	(214,4)	-7,6%	(341,1)	-11,0%	126,7
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10,7	0,4%	15,5	0,5%	(4,9)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6,9)	-0,2%	2,1	0,1%	(9,0)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	37,2	1,3%	10,6	0,3%	26,6
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	30,3	1,1%	12,7	0,4%	17,6
(=) Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	41,0	1,4%	28,2	0,9%	12,7
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	90,35	3,2%	290,4	9,4%	(200,0)
(=) Lucro líquido do exercício	131,32	4,6%	318,6	10,3%	(187,3)
(=) Lucro básico por ação (em R\$)	0,8521		1,0970		(0,2449)
(=) Lucro diluído por ação (em R\$)	0,8521		1,0710		(0,2189)

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.826,8 milhões comparativamente a R\$ 3.102,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$275,2 milhões ou -8,9%. Essa variação deve-se principalmente à redução de volume em função dos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 301,7 milhões comparativamente a R\$ 412,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$111,1 milhões ou -26,9%. Essa variação foi principalmente em razão da redução da receita líquida e pelo aumento de R\$ 5,5 milhões no Custo de venda de ativos desmobilizados, decorrente dos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

As Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$-8,6 milhões comparativamente a R\$ - 2,9 milhões no mesmo período de 2019,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o que representou uma variação negativa de R\$11,5 milhões ou -393,3%. Este aumento foi principalmente aos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 29,6 milhões comparativamente a R\$ 72,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 43,0 milhões ou 59,2%.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 214,4 milhões comparativamente a R\$ 341,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 126,7 milhões ou 37,1%, a redução é decorrente a cisão do acervo líquido decorrente da reestruturação societária.

Imposto de renda de contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 30,3 milhões comparativamente a R\$ 12,7 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$17,6 milhões. Essa variação se deu principalmente em função do acervo líquido após a reestruturação societária.

Lucro líquido do período

O lucro líquido no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 41,0 milhões comparativamente a R\$ 28,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 12,7 milhões ou 45,1%. Essa variação se deu principalmente em função do acervo líquido após a reestruturação societária.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DISCUSSÃO E ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de R\$)	Balanço Patrimonial		31/12/2020	AV	2021 X 2020
	31/12/2021	AV			
ATIVO	7.122.247	100,0%	4.838.756	100,0%	2.283.491
Circulante	2.654.515	37,3%	1.900.423	39,3%	754.092
Caixa e equivalentes de caixa	152.951	2,2%	64.575	1,3%	88.376
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	801.475	11,3%	573.867	11,9%	227.608
Instrumentos financeiros derivativos	147	0,0%	14.167	0,3%	(14.020)
Contas a receber	1.282.599	18,0%	856.563	17,7%	426.036
Estoques	55.882	0,8%	44.852	0,9%	11.030
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	47.030	0,7%	30.511	0,6%	16.519
Tributos a recuperar	232.301	3,3%	101.319	2,1%	130.982
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30.885	0,4%	158.746	3,3%	(127.861)
Despesas antecipadas	20.408	0,3%	14.759	0,3%	5.649
Adiantamentos a terceiros	16.291	0,2%	28.713	0,6%	(12.422)
Outros créditos	14.546	0,2%	12.351	0,3%	2.195
Não circulante	4.467.732	62,7%	2.938.333	60,7%	1.529.399
Realizável a Longo Prazo	608.573	8,5%	370.175	7,7%	238.398
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	569	0,0%	783	0,0%	(214)
Instrumentos financeiros derivativos	2.848	0,0%	41.120	0,8%	(38.272)
Contas a receber	14.331	0,2%	13.791	0,3%	540
Tributos a recuperar	135.296	1,9%	55.410	1,1%	79.886
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	56.141	0,8%	59.873	1,2%	(3.732)
Depósitos judiciais	76.579	1,1%	48.591	1,0%	27.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.581	0,5%	37.335	0,8%	(1.754)
Partes relacionadas	-	0,0%	1.534	0,0%	(1.534)
Ativo de indenização por combinação de negócios	272.692	3,8%	103.783	2,1%	168.909
Outros créditos	14.536	0,2%	7.955	0,2%	6.581
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	-
Imobilizado	3.013.419	42,3%	1.811.704	37,4%	1.201.715
Intangível	845.740	11,9%	756.454	15,6%	89.286
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.122.247	100,0%	4.838.756	100,0%	2.283.491
Circulante	1.211.772	17,01%	945.637	19,5%	266.135
Fornecedores	374.115	5,3%	139.361	2,9%	234.754
Floor plan	-	0,0%	-	0,0%	-
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,0%	2.043	0,0%	(2.043)
Empréstimos e financiamentos	41.545	0,6%	60.028	1,2%	(18.483)
Debêntures	32.723	0,5%	154.602	3,2%	(121.879)
Arrendamentos a pagar	28.504	0,4%	18.159	0,4%	10.345
Arrendamentos por direito de uso	68.369	0,9%	34.772	0,7%	33.597
Cessão de direitos creditórios	-	0,0%	-	0,0%	-
Obrigações sociais e trabalhistas	246.062	3,5%	151.536	3,1%	94.526
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20.292	0,3%	5.941	0,1%	14.351
Tributos a recolher	102.095	1,4%	50.109	1,0%	51.986
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	64.310	0,9%	32.865	0,7%	31.445
Adiantamentos de clientes	8.648	0,1%	18.673	0,4%	(10.025)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	144.902	2,0%	150.666	3,1%	(5.764)
Partes relacionadas	-	0,0%	62.365	1,3%	(62.365)
Outras contas a pagar	80.207	1,1%	64.517	1,3%	15.690
Não circulante	4.580.624	64,3%	2.827.973	58,4%	1.752.651
Empréstimos e financiamentos	1.724.062	24,2%	951.158	19,7%	772.904
Debêntures	1.789.185	25,1%	1.096.790	22,7%	692.395
Arrendamentos a pagar	14.173	0,2%	43.867	0,9%	(29.694)
Arrendamentos por direito de uso	246.586	3,5%	174.602	3,6%	71.984
Cessão de direitos creditórios	0	0,0%	-	0,0%	-
Tributos a recolher	24.831	0,4%	15.803	0,3%	9.028
Provisão para demandas judiciais e administrativas	329.742	4,6%	165.737	3,4%	164.005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	116.906	1,6%	92.556	1,9%	24.350
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	324.164	4,6%	280.539	5,8%	43.625
Partes relacionadas	1.619	0,0%	1.534	0,0%	85
Outras contas a pagar	9.356	0,1%	5.387	0,1%	3.969
Patrimônio líquido	1.329.851	18,7%	1.065.146	22,0%	264.705

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 2.654.515 mil em comparação com R\$ 1.900.423 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 37,3% em 31 de dezembro de 2021 e 39,3 % em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de “caixa e equivalentes de caixa” e “títulos e valores mobiliários” apresentaram saldo de R\$ 152.951 mil e R\$ 801.475 mil, respectivamente e para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 os saldos foram de R\$ 64.575 mil e de R\$ 573.867 mil. Este aumento decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “contas a receber” apresentou saldo de R\$ 1.282.599 mil e R\$ 856.563 em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 426.036 mil decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel - em conjunto ao aumento no volume de operações com nossos clientes.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “estoques” apresentou saldo de R\$ 55.882 mil e R\$ 44.852 em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 11.030 mil decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou aumento de R\$ 16.519 mil ou 54%, apresentando um saldo de R\$ 47.030 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 30.511 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 4.467.732 mil em comparação com R\$ 2.938.333 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 62,7 % em 31 de dezembro de 2021 e 60,7 % em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “imobilizado” apresentou saldo de R\$ 3.013.419 mil e R\$ 1.811.704 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 1.529.399 mil decorreu principalmente da expansão das operações da Fadel e pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “intangível” apresentou saldo de R\$ 845.740 mil e R\$ 756.454 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 89.286 mil decorreu principalmente da aquisição de empresas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante era de R\$ 1.211.772 mil em comparação com R\$ 945.637 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 17,0 % em 31 de dezembro de 2021 e 19,5% em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 41.545 mil em comparação com R\$ 60.028 mil em 31 de dezembro de 2010. Esta redução se deve principalmente a: (i) amortização de empréstimos e financiamentos no período de 12 meses.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 32.723 mil em comparação com R\$ 154.602 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução se deve principalmente a: (i) amortização de debêntures no período de 12 meses.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo não circulante era de R\$ 4.580.624 mil em comparação com R\$ 2.827.973 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 64,3% em 31 de dezembro de 2021 e 58,4 % em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 1.724.062 mil em comparação com R\$ 951.158 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento se deve principalmente a: (i) Emissão de novos empréstimos pelo montante de R\$ 848.355 mil, (ii) Empréstimos vindos por aquisição de empresas no montante de R\$ 295.669, (iii) As amortizações totalizaram R\$ 392.824 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 252.780 mil relacionadas a amortização de CCB, (iv) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 84.406 mil e juros apropriados de R\$ 228.797 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 1.789.185 mil em comparação com R\$ 1.096.790 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento se deve principalmente a: (i) Emissão da 15ª Debêntures pelo montante de R\$ 694.608 mil (ii) As amortizações totalizaram R\$ 151.117 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 75.617 mil da 8ª emissão da Companhia e (iii) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 55.529 mil e juros apropriados de R\$ 82.555 mil.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido é de R\$ 1.329.851 mil em comparação com R\$ 1.065.146 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 264.705 mil, decorreu substancialmente de: (i) Aumento de capital decorrente da emissão de novas ações no montante de R\$ 39.458 e (ii) pelo lucro apurado no exercício de R\$ 270.782 mil onde parte foi destinado para as Reservas.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de R\$)	Balanco Patrimonial		31/12/2019	AV	2020 X 2019
	31/12/2020	AV			
ATIVO	4.838.756	100,0%	20.268.234	100,0%	(15.429.478)
Circulante	1.900.423	39,3%	8.910.832	44,0%	(7.010.409)
Caixa e equivalentes de caixa	64.575	1,3%	591.815	2,9%	(527.240)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	573.867	11,9%	5.182.010	25,6%	(4.608.143)
Instrumentos financeiros derivativos	14.167	0,3%	32.233	0,2%	(18.066)
Contas a receber	856.563	17,7%	1.775.137	8,8%	(918.574)
Estoques	44.852	0,9%	306.037	1,5%	(261.185)
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	30.511	0,6%	541.188	2,7%	(510.677)
Tributos a recuperar	101.319	2,1%	155.284	0,8%	(53.965)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	158.746	3,3%	147.266	0,7%	11.480
Despesas antecipadas	14.759	0,3%	42.874	0,2%	(28.115)
Adiantamentos a terceiros	28.713	0,6%	82.420	0,4%	(53.707)
Outros créditos	12.351	0,3%	54.568	0,3%	(42.217)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não circulante	2.938.333	60,7%	11.357.402	56,0%	(8.419.069)
Realizável a Longo Prazo	370.175	7,7%	1.197.946	5,9%	(827.771)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	783	0,0%	655	0,0%	128
Instrumentos financeiros derivativos	41.120	0,8%	638.400	3,1%	(597.280)
Contas a receber	13.791	0,3%	88.321	0,4%	(74.530)
Tributos a recuperar	55.410	1,1%	138.466	0,7%	(83.056)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	59.873	1,2%	34.929	0,2%	24.944
Depósitos judiciais	48.591	1,0%	76.353	0,4%	(27.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.335	0,8%	138.431	0,7%	(101.096)
Partes relacionadas	1.534	0,0%	-	0,0%	1.534
Ativo de indenização por combinação de negócios	103.783	2,1%	-	0,0%	103.783
Outros créditos	7.955	0,2%	82.391	0,4%	(74.436)
Investimentos	-	0,0%	6.716	0,0%	(6.716)
Imobilizado	1.811.704	37,4%	9.615.005	47,4%	(7.803.301)
Intangível	756.454	15,6%	537.735	2,7%	218.719
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.838.756	100,0%	20.268.234	100,0%	(15.429.478)
Circulante	945.637	19,5%	4.678.968	23,1%	(3.733.331)
Fornecedores	139.361	2,9%	1.691.713	8,3%	(1.552.352)
Floor plan	-	0,0%	106.735	0,5%	(106.735)
Risco sacado a pagar - montadoras	2.043	0,0%	12.051	0,1%	(10.008)
Empréstimos e financiamentos	60.028	1,2%	1.171.988	5,8%	(1.111.960)
Debêntures	154.602	3,2%	694.901	3,4%	(540.299)
Arrendamentos a pagar	18.159	0,4%	140.850	0,7%	(122.691)
Arrendamentos por direito de uso	34.772	0,7%	113.869	0,6%	(79.097)
Cessão de direitos creditórios	-	0,0%	6.043	0,0%	(6.043)
Obrigações sociais e trabalhistas	151.536	3,1%	231.374	1,1%	(79.838)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.941	0,1%	3.094	0,0%	2.847
Tributos a recolher	50.109	1,0%	83.162	0,4%	(33.053)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	32.865	0,7%	70.587	0,3%	(37.722)
Adiantamentos de clientes	18.673	0,4%	175.700	0,9%	(157.027)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	150.666	3,1%	-	0,0%	150.666
Partes relacionadas	62.365	1,3%	3.056	0,0%	59.309
Outras contas a pagar	64.517	1,3%	173.845	0,9%	(109.328)
Não circulante	2.827.973	58,4%	13.209.303	65,2%	(10.381.330)
Empréstimos e financiamentos	951.158	19,7%	7.050.051	34,8%	(6.098.893)
Debêntures	1.096.790	22,7%	4.676.855	23,1%	(3.580.065)
Arrendamentos a pagar	43.867	0,9%	260.762	1,3%	(216.895)
Arrendamentos por direito de uso	174.602	3,6%	403.831	2,0%	(229.229)
Cessão de direitos creditórios	-	0,0%	12.085	0,1%	(12.085)
Tributos a recolher	15.803	0,3%	1.095	0,0%	14.708
Provisão para demandas judiciais e administrativas	165.737	3,4%	67.829	0,3%	97.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.556	1,9%	574.120	2,8%	(481.564)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	280.539	5,8%	93.077	0,5%	187.462
Partes relacionadas	1.534	0,0%	-	0,0%	1.534
Outras contas a pagar	5.387	0,1%	69.598	0,3%	(64.211)
Patrimônio líquido	1.065.146	22,0%	2.379.963	11,7%	(1.314.817)

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 1.900.423 mil em comparação com R\$ 8.910.832 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 39,3% em 31 de dezembro de 2020 e 44,0 % em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$ 64.575 mil e R\$ 573.867 mil, respectivamente e para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 os saldos foram de R\$ 591.815 mil e de R\$ 5.182.010 mil. Esta redução decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$ 856.563 mil e R\$ 1.775.137 em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 918.574 mil decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019.

Estoques

Em 30 de junho de 2020, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$ 44.852 mil e R\$ 306.037 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 261.185 mil decorreu principalmente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou uma redução de R\$ 510.677 mil ou, apresentando um saldo de R\$ 30.511 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 541.188 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 2.938.333 mil em comparação com R\$ 11.357.402 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 60,7 % em 31 de dezembro de 2020 e 56,0 % em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R\$ 1.811.704 mil e R\$ 9.615.005 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 7.803.301 mil decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R\$ 756.454 mil e R\$ 537.735 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 218.719 mil decorreu principalmente de: (i) adições no intangível de R\$ 48.636 mil, sendo que desse montante R\$ 48.311 mil se refere a compra de Softwares. (ii) Despesas com amortização de R\$ 20.743 mil (iii) Aquisição de empresas R\$ 498.720 mil Fadel e Transmoreno. (iv) baixa devido ao movimento da Cisão R\$ 305.546.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante era de R\$ 945.637 mil em comparação com R\$ 4.678.968 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 19,5 % em 31 de dezembro de 2020 e 23,1% em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 60.028 mil em comparação com R\$ 1.171.988 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 1.111.960 mil, se deve principalmente a: (i) amortização de R\$ 3.589.997 mil de empréstimos e financiamentos, sendo que desse montante R\$ 2.472.407 mil refere-se a amortização das NCE's. (ii) Os novos contratos do exercício totalizaram R\$ 2.974.138 mil, sendo que os maiores saldos foram da captação da CCB Cambial no montante de R\$ 2.550.261 mil em substituição a NCEs liquidadas. (iii) o efeito da cisão referente a reestruturação societária no montante de R\$ -2.402.929 e (iv) As demais variações foram juros pagos no montante de R\$ 264.999 mil, juros apropriados de R\$ 255.511 mil e variação cambial de R\$ 1.631.868 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 154.602 mil em comparação com R\$ 694.901 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$-540.299 mil ou -59,3% se deve principalmente a: (i) Emissão de novas debêntures de R\$ 200.000 mil,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referente à 4ª emissão de debêntures da Controlada Movid Locação. (ii) As amortizações totalizaram R\$ 330.727 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 119.827 mil da 8ª emissão da Companhia (iii) o efeito da cisão referente a reestruturação societária no montante de R\$-3.934.781 e (iv) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 245.076 mil e juros apropriados de R\$ 190.220 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo não circulante era de R\$ 2.827.973 mil em comparação com R\$ 13.209.303 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 58,4% em 31 de dezembro de 2020 e 65,2 % em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 951.158 mil em comparação com R\$ 7.050.051 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução e R\$ 6.098.893 mil, foi explicada em Empréstimo e Financiamentos - Passivo circulante.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 1.096.790 mil em comparação com R\$ 4.676.855 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 3.580.065 mil, foi explicada em Debêntures - Passivo circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$ 92.556 mil em comparação com R\$ 574.120 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 481.564 é proveniente principalmente a baixa do acervo líquido ocorrido devido a reestruturação societária.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido é de R\$ 1.065.146 mil em comparação com R\$ 2.379.963 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 1.314.817 mil ou 0,03%, decorreu substancialmente de: (i) Do acervo líquido cindido da reestruturação societária no montante de R\$ -1.018.681 (ii) Aumento de capital decorrente de reestruturação societária no montante de R\$ 672.499 (iii) baixa de minoritários decorrentes ao processo da baixa do acervo líquido cindido da reestruturação societária no montante de R\$ -983.652.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das nossas operações

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Bruta

Receita Bruta de Serviços

- **Transporte Rodoviário de Cargas**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Transporte de Cargas variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

- **Distribuição Urbana**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Distribuição Urbana está diretamente conectada com a performance do consumo no Brasil ao atender o segmento B2B e o que pode ser considerado do B2C que é a entrega em pontos que serão base para distribuição para o consumidor final.

- **Operações de Logística Dedicada**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Operações de Logística Dedicada variam em função da quantidade de empregados e/ou máquinas alocadas, quantidade movimentada e/ou transportada de cargas, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- **Serviços de Armazenagem**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Serviços de Armazenagem variam em função do tempo de área disponibilizada para armazenagem, quantidade movimentada, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga.

Receita Bruta de Venda de Ativos

Os Diretores da Companhia informam que a Receita bruta de Venda de Ativos é composta conforme descrito a seguir:

- **Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços**

Os Diretores da Companhia informam que reconhecemos como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos leves, utilitários e pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a renovação de frota de veículos leves e utilitários ocorre, em geral, entre 2 e 3 anos. Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 anos, ao passo que as máquinas e equipamentos com periodicidade de 5 anos.

Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetaram os resultados operacionais são:

(i) Na comparação entre 2021 e 2020, houve uma redução de R\$ 321,6 milhões na receita bruta, sendo, aumento de R\$ 1.849,8 milhões em serviços e redução de R\$88,4 milhões na venda de ativos;

(ii) Na comparação entre 2020 e 2019, houve um aumento de R\$ 1.761,4 milhão na receita bruta, sendo, redução de R\$ 317,0 milhões em serviços e aumento de R\$ 4,4 milhões na venda de ativos;

(iii) Na comparação entre 2019 e 2018, houve um aumento de R\$ 1,5 bilhão na receita bruta com uma redução de R\$ 128,0 milhões na Logística, sendo, redução de R\$ 133,2 milhões em serviços e um aumento de R\$ 5,2 milhões na venda de ativos, crescimento de R\$1,3 bilhão da Movida, crescimento de R\$ 274,2 milhões na Vamos, aumento de R\$ 16 milhões da CS Brasil, aumento de R\$ 113,7 milhões da Original Concessionárias, além da contribuição de R\$ 8,8 milhões da BBC;

Para mais informações, ver item “10.1 h”, deste Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas em 2021 estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado, aliado à consolidação das empresas adquiridas – Fadel, Transmoreno, TPC, Rodomeu e Marvel.

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas em 2020 estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações estão relacionadas ao crescimento da Movida, com uma receita bruta de R\$ 4 bilhões em 2019, com um aumento de R\$ 1,3 bilhão, equivalente a um crescimento de 49,3 % em relação ao ano anterior, expansão de resultados ocorreu em todas as frentes operacionais e principalmente pelo aumento da receita de Seminovos..

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais e não são vinculados às variações de preços dos produtos e serviços de nossos clientes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

Em decorrência das emissões de debêntures e demais financiamentos obtidos nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente um dos indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das nossas dívidas. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação negativa do CDI no último exercício social impactou positivamente a Companhia, bem como a redução do custo de dívida.

A Companhia possui ainda contratos de financiamento (Finame e Finem) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TR ou na TJLP. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação da TJLP no último exercício social impactou positivamente a Companhia devido a redução da TJLP.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tampouco da variação de preços dos insumos e do câmbio. No que diz respeito à variação do preço dos insumos, os Diretores da Companhia esclarecem que os nossos contratos são, em sua grande maioria, corrigidos por alterações nos preços de tal insumo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Segmento Operacional:

A Administração da Companhia, visando se posicionar melhor estrategicamente ao passar a atuar com administração própria, orçamento independente, maior agilidade e foco exclusivo em seu negócio, implementou o ciclo final da reorganização societária do Grupo JSL. A partir da implementação da Reorganização a JSL deixou de exercer a função de holding e passou a ser exclusivamente uma empresa operacional de serviços logísticos com agenda própria de desenvolvimento, abrindo novas possibilidades para movimentos estratégicos, fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais, o que contribuiu para melhorar a estrutura de capital ao mesmo tempo em que acelerou o plano de crescimento da Companhia ao agregar novos serviços, novos ramos de atuação e, principalmente, novas tecnologias como resposta à transformação do setor e dos seus clientes. Devido à longa tradição neste segmento e ao plano de consolidação e expansão, a Companhia manteve a marca JSL. A Reorganização consistiu na incorporação da totalidade das ações de emissão da JSL pela Simpar, sua atual acionista controladora, passando a JSL à condição de subsidiária integral da Simpar. Imediatamente após a Incorporação de Ações ocorreu a cisão parcial da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar que, portanto, assumiu a função de holding do Grupo, passando a controlar diretamente as empresas anteriormente controladas pela JSL, além da própria JSL que já tinha a Simpar como acionista controladora.

Como resultado, a Companhia e suas controladas estão focadas em serviços de logística, agora referidos como 'JSL Logística' em suas demonstrações financeiras. Abaixo detalhamento dos segmentos:

b. **Operações Logística: Refere-se as posições patrimoniais e de resultado de todos efeitos provenientes dos impactos operacional e financeiro das operações de logística. da constituição, aquisição ou alienação de parte societária**

Eventos de 2021:

a) Aquisições de empresas

i. Aquisição da Fadel Holding Ltda. ("Fadel")

Em 17 de novembro de 2020 a Companhia adquiriu 75% das ações de emissão da Fadel Holding Ltda. e suas subsidiárias Fadel Transportes Logística Ltda; Fadel Soluções em Logística Ltda., Locadel Veículos Ltda e Mercosur Factory Sociedad Anónima (em conjunto "Fadel"), e as partes acordaram que a Companhia ira exercer a opção de compra dos 25% restantes das ações correspondentes ao capital social de titularidade do Sr. Ramon Perez Martinez Garcia Alcaraz, como prevê o contrato de compra e venda da "Fadel".

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2021 aprovou a incorporação da totalidade das ações de emissão da Fadel Holding S.A. mediante a troca de 6.440.000 ações da JSL S.A. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 58.584, classificado como passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020 e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido como aumento de capital pelo montante de R\$ 39.458, assim como a participação de não controlador no resultado desde a data da aquisição em 17 de novembro de 2020 até a data da celebração do memorando de entendimentos em 16 de março de 2021 no montante de R\$ 3.594.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**ii. Aquisição da Transportadora Rodomeu Ltda. e Unileste Transportes Ltda. (em conjunto "Rodomeu")**

Em 14 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação da Rodomeu e sua subsidiária Abaeté Comercio de Veículos Ltda, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 24 de março de 2021 sem restrições.

A Rodomeu possui sede na cidade de Piracicaba (SP), sendo especialista no transporte rodoviário de cargas de alta complexidade, que inclui Gases e Químicos, Máquinas e Equipamentos para construção civil, transporte dedicado de insumos e produtos acabados nos setores de papel e celulose, siderurgia e alimentícios.

O valor da transação foi de R\$ 97.000, conforme demonstrado abaixo:

- (i) O montante de R\$ 29.100 foi pago a vista
- (ii) O montante de R\$ 52.900 está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" e será acrescido de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 restam 18 parcelas a serem pagas.
- (iii) O montante de R\$ 15.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow"), que vierem a se materializar registrado em "obrigações a pagar por aquisição de empresas" O valor será acrescido de 100% do CDI e liquidado em 24 parcelas e somente serão liberados aos vendedores após a data de 14 de maio de 2027, líquido de perdas materializadas.

iii. Aquisição da Pronto Express Logística S.A. ("TPC")

Em 14 de junho de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da TPC, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 26 de março de 2021.

A TPC, empresa que com suas controladas (TPC Sudeste e TPC Nordeste), opera em modelo asset-light focada na operação de armazéns alfandegados ou não, logística dedicada in house, cross docking e gestão integrada de distribuição, incluindo a última milha ("last mile") e logística reversa. Está inserida, principalmente, nos setores de cosméticos, moda, varejo, eletroeletrônicos, telecomunicações, farmacêutico, equipamentos hospitalares, bens de consumo, óleo & gás e petroquímico.

O valor da transação foi de R\$ 185.526. O valor da contraprestação pela aquisição é formado conforme demonstrado abaixo:

- (i) O montante de R\$ 66.010 foi pago a vista.
- (ii) O montante de R\$ 42.203 foi parcelado e em 31 de dezembro de 2021 já estava totalmente liquidado.
- (iii) O valor de R\$ 60.663 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow") registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas", o valor será acrescido de 100% do CDI sendo liberado para os vendedores após 14 de junho de 2026, líquido de perdas materializadas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- (iv) O montante de R\$ 16.650 será **pago pelo atingimento de metas de negócio medidas até 2024.**

iv. Aquisição da Transportes Marvel Ltda. ("Marvel")

Em 30 de julho de 2021, a Companhia através da sua controlada Rio Grandense Logística Ltda concluiu a aquisição de 100% das ações da Marvel, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 26 de julho de 2021.

A Marvel, opera em transporte rodoviário de cargas congeladas e refrigeradas de alto valor agregado, oferecendo serviços no Brasil e em outros países da América do Sul.

O valor da transação foi de R\$ 245.000, conforme demonstrado abaixo:

- (i) O valor de R\$ 100.000 foi pago a vista
- (ii) O montante de R\$ 90.900 foi registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas", será pago em 12 (doze) parcelas mensais, consecutivas, acrescida cada parcela de 150% do CDI pro rata die, feitas as deduções de tributos incidentes na forma da lei desde a data de assinatura do presente até a o efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2021 restam 6 parcelas a serem pagas, no montante de R\$ 55.908.
- (iii) O valor de R\$ 54.100 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow") registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas", sendo liberado para os vendedores após incorrido o período de 30 de julho de 2026 , líquido de perdas materializadas. O valor é atualizado a 120% do CDI e as atualizações são pagas mensalmente aos vendedores.

Eventos de 2020:

a) Reestruturação societária

Em 05 de agosto de 2020, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reestruturação societária da JSL. A reestruturação consistiu na migração de toda a base acionária da Companhia para a Simpar S.A. ("Simpar"), acionista controladora direta da Companhia, que se tornou uma Companhia listada no Novo Mercado, segmento especial da B3. Com isso, a Simpar passou a ser a empresa holding da JSL, passando a ser chamado de Simpar, com as ações negociadas em bolsa em substituição da Companhia. Na mesma data, ainda como parte da reestruturação, também em assembleia geral extraordinária da Companhia, foi aprovada sua cisão, cujo acervo líquido incluiu o total dos saldos de investimentos em participações societárias nas controladas Vamos de R\$ 581.649, Movida Participações de R\$ 1.207.528, BBC Consórcios de R\$ 135, CS Brasil Participações de R\$ 414.183, Mogipasses de R\$ 9.017, Mogi Mob de R\$ 17.658, TPG Transporte de R\$ 10.395, Avante veículos de R\$ 20.680, JSL Corretora de R\$ 9.427, Original veículos de R\$ 106.123, Ponto veículos de R\$ 40.334, JSL Holding de R\$ 94.110, BBC Pagamentos de R\$ 4.759, JSL Empreendimentos de R\$ 2.385, Simpar Europe de R\$ 36.028 e ágio na aquisição de negócios de R\$ 6.481, assim como os patrimônios líquidos negativos na Original Distribuidora de R\$ 203 e na Simpar Finance de R\$ 32.607, certas dívidas além de outros ativos e passivos, incorporados pela Simpar, com o intuito de concentrar a atividade de holding na Simpar, e focar a Companhia e suas controladas remanescentes nas operações de logística. O acervo líquido contábil para fins de cisão foi avaliado por empresa especializada com data base em 30 de junho de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**b) Aquisições de empresas****i. Moreno Holding Ltda. (Transmoreno)**

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das cotas de participação da TransMoreno e suas controladas, aprovada pelo CADE em 8 de outubro de 2020 sem restrições. A TransMoreno atua nos segmentos de transporte de veículos sobre carretas “cegonhas” e prestação de serviços de logística automotiva. A TransMoreno atua em todo o território brasileiro, contando com mais de 720 mil metros quadrados em áreas e pátios para armazenagem e distribuição de veículos para montadoras, possuindo duas das principais montadoras de veículos do país em sua carteira de clientes. Seu modelo de negócios é baseado na oferta de soluções logísticas por meio de uma rede de terceiros, sendo assim, considerada uma empresa leve em ativos (Asset Light). A Companhia entende que a aquisição da TransMoreno está alinhada com sua estratégia de crescimento, diversificação e consolidação como a maior e mais integrada plataforma de serviços logísticos no Brasil, possibilitando maior participação em serviços que acredita poder oferecer melhorias, agregando valor ao cliente.

O valor da transação foi de R\$ 301.920, pago conforme demonstrado abaixo:

- (iv) O montante de R\$ 111.318 foi pago a vista
- (v) O montante de R\$ 120.602 está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” e será acrescido de 100% do CDI + 1,25% a.a. e ao longo de 5 anos.
- (vi) O montante de R\$ 60.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências e está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”;
- (vii) O preço poderá ser aumentado em R\$ 10.000 caso a TransMoreno atinja determinadas metas entre os exercícios de 2021 a 2024.

ii. Fadel Holding Ltda. (“Fadel”)

Em 17 de novembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 75% das ações de emissão da Fadel, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 29 de setembro de 2020 sem restrições, permanecendo como sócio com 25% (vinte e cinco por cento) o seu cofundador Ramon Alcatraz, que permanece como principal executivo, liderando as atividades e seu plano de desenvolvimento. A Fadel atua como transportador nos setores de bebida, alimentos, bens de consumo e iniciou atividades no comércio eletrônico (“e-commerce”), contando com uma frota de mais de 1.600 ativos operacionais próprios (entre caminhões, cavalos mecânicos, carretas e veículos comerciais leves), tendo 25 filiais no Brasil e 4 unidades no Paraguai. A Companhia acredita que o modelo de gestão da Fadel e sinergia da base de clientes trará uma grande oportunidade de desenvolvimento das nossas operações no segmento de distribuição urbana pela expertise adicionada a cartela de serviços já prestados pela Companhia e também pela oportunidade de cross selling entre os clientes e o portfólio de serviços de ambas. O valor da transação foi de R\$ 173.125

- (i) O referido valor está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” sendo R\$ 79.687 pago à vista e o saldo residual a ser pago em 6 parcelas até maio de 2021;
- (ii) O montante de R\$ 50.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências (“Escrow”) e está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”;
- (iii) O preço foi aumentado em R\$ 13.750 pelo atingimento de determinadas metas no

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

ano de 2020.

c. Dos eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais que não tenham sido informados anteriormente para o exercício de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As alterações ocorridas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estão descritas no item (b) elencado logo abaixo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***(i) Mudanças no exercício findo em 31 de dezembro de 2021***

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL

(ii) Mudanças no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Análise de benefícios em contratos de arrendamentos por direito de uso - CPC 6 (R2) / IFRS 16

Em decorrência da crise instaurada, a JSL negociou descontos em seus contratos de aluguéis, no montante de R\$ 3.300 no Consolidado, além de certas prorrogações de vencimentos.

Conforme a deliberação 859 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o parecer de Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Administração avaliou essas concessões, e optou por adotar o expediente prático e não tratar esses benefícios como modificação dos respectivos contratos de arrendamento.

Os descontos obtidos foram contabilizados diretamente no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

(iii) Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2019

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Grupo adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) / IFRS 16 em geral não foram aplicados em informações comparativas

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. Descrita na nota explicativa 2.11.

Na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda imóveis máquinas, equipamentos, caminhões e diversos outros ativos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1) / IAS 17

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Em particular

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1) / IAS 17

O arrendamento inclui diversos ativos, como caminhões, máquinas e equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 imediatamente antes dessa data.

Grupo Vamos como arrendador

O Grupo arrenda seus ativos, caminhões, máquinas e equipamentos. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais.

O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador não diferem daquelas do CPC 06(R1) / IAS 17.

O Grupo aplicou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

d) Impacto nas demonstrações financeiras na transição.

O efeito da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019, no balanço patrimonial de abertura, está apresentada a seguir:

	Consolidado		
	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
Ativo			
Total do ativo circulante	7.191.320	-	7.191.320
Imobilizado	7.279.407	526.085	7.805.492
Outros ativos não circulantes	1.403.227	-	1.403.227
Total do ativo não circulante	8.682.634	526.085	9.208.719
Total do ativo	15.873.954	526.085	16.400.039
Passivo			

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Arrendamento mercantil a pagar	91.402	-	91.402
Arrendamento por direito de uso	-	123.650	123.650
Outros passivos circulantes	3.944.076	-	3.944.076
Total do passivo circulante	4.035.478	123.650	4.159.128
Arrendamento mercantil a pagar	151.512	-	151.512
Arrendamento por direito de uso	-	402.435	402.435
Outros passivos circulantes não circulantes	10.438.465	-	10.438.465
Total do passivo não circulante	10.589.977	402.435	10.992.412
Total do patrimônio líquido	1.248.499	-	1.248.499
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.873.954	526.085	16.400.039

ICPC 22 / IFRIC 23 - incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde 1º de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

- 2021**

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não houve ressalvas nem parágrafo de ênfase comentado em seu relatório.

- 2020**

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não houve ressalvas nem parágrafo de ênfase comentado em seu relatório.

- 2019**

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019, não houve ressalvas nem parágrafo de ênfase comentado em seu relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que mantêm a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nos seguintes itens:

- a. *Consolidação e combinação de negócios: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e*
- b. *Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo.*

b. Estimativas e premissas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nos seguintes itens:

- i. Aquisições de controlada: Mensuração do valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- i. Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- ii. Imobilizado (premissas em relação à do valor residual e da vida útil);
- iii. Ativo imobilizado disponível para venda - determinação do valor justo menos custos de venda do grupo, de ativos mantidos para venda;
- iv. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- v. Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- vi. Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- vii. Transações com pagamentos baseados em ações: principais premissas é a determinação do valor justo da dos instrumentos patrimoniais a serem concedidos; e
- viii. Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteira de recebíveis baixadas não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Em relação a itens não evidenciados nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, informamos que não houve nas datas citadas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que foi investido um total de R\$ 965,8 milhões em 2021, sendo R\$ 953,9 milhões para aquisição de ativo fixo e R\$ 11,9 milhões para aquisição de intangíveis.

Neste sentido, os Diretores da Companhia esclarecem que a maior parte do nosso plano de investimentos incluiu a aquisição de ativos móveis, basicamente veículos pesados, máquinas e equipamentos, utilizados na expansão e renovação das operações da companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza o mercado financeiro e de capitais para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia são as Debêntures, os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), as linhas de repasse do BNDES, via contrato FINAME, operações do Fundo Constitucional de Financiamento dos Bancos Nordeste e Amazonas (FNE e FNO) e operações de risco sacado - montadoras. A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos, porém em menor escala.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável à Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável à Companhia, uma vez que não há previsão de introdução de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

No dia 21/07/2020 a Companhia informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou os documentos finais da reorganização societária noticiada em Fato Relevante divulgado pela Companhia em 1º de abril de 2020 ("Reorganização"). A Reorganização societária e documentos correlatos serão submetidos à aprovação dos acionistas da JSL em Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 05 de agosto de 2020 ("AGE").

A Reorganização consistirá (i) na incorporação da totalidade das ações de emissão da JSL pela Simpar, sua atual acionista controladora, passando a Companhia à condição de subsidiária integral da Simpar ("Incorporação de Ações"), e, (ii) imediatamente após a Incorporação de Ações, a cisão parcial da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar ("Cisão Parcial").

A Simpar, portanto, assumirá a função de holding do Grupo JSL, passando a controlar diretamente as empresas hoje controladas pela JSL – conforme listadas no item 6.a. abaixo, além da própria JSL que já tem a Simpar como acionista controladora.

A parcela do patrimônio da Companhia a ser cindida e transferida para a Simpar no contexto da Cisão Parcial é formada:

(i) pelos saldos de investimentos e provisões atualmente detidas pela Companhia nas seguintes controladas: (i) Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., (ii) Movida Participações S.A., (iii) CS Brasil Participações e Locações Ltda., (iv) MogiPasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda., (v) BBC Holding Financeira Ltda., (vi) BBC Pagamentos Ltda., (vii) Original Veículos Ltda., (viii) Ponto Veículos Ltda., (ix) Avante Veículos Ltda., (x) Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda., (xi) Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda., (xii) JSL Europe, (xiii) JSL Finance, (xiv) JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda., (xv) TPG Transportes de Passageiros Ltda.; e (xvi) Mogi Mob Transporte de Passageiros;

(ii) Direitos e obrigações previstos no contrato referente à 13ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografia;

(iii) Direitos e obrigações previstos no contrato referente à 14ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia;

(iv) Direitos e obrigações previstos no contrato referente a Cédulas de Crédito Bancário (CCBs Cambial), assim como os direitos e obrigações dos SWAPs derivativos atrelados a esta operação;

(v) Direitos e obrigações previstos em contrato referente a Crédito Internacional (4131) juntos a instituições no exterior;

(vi) Direitos e obrigações decorrentes de operações entre partes relacionadas, (Mútuos, Dividendos, Recebíveis e Valores a Pagar), junto as empresas (i) Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., (ii) CS Brasil Participações e Locações Ltda., (iii) MogiPasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda., (iv) Movida Participações S.A., (v) BBC Holding Financeira Ltda., (vi) BBC Pagamentos Ltda., (vii) Original Veículos Ltda., (viii) Ponto Veículos Ltda., (ix) Avante Veículos Ltda., (x) Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda., e (xi) Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.;

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- (vii) Saldos referente a Caixa e Equivalentes de Caixa: títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras;
- (viii) Terrenos, Instalações, Benfeitorias;
- (ix) Aeronaves; e
- (x) Saldos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido diferidos relacionados aos ativos e passivos incluídos na Cisão Parcial.

As tabelas abaixo contém as medições não contábeis derivadas das demonstrações financeiras carve-out para os exercícios findos em 2019, 2018 e 2017 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e das demonstrações financeiras intermediárias carve-out condensadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019 preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Estas demonstrações financeiras *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades de logística da Companhia e suas controladas, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Assim, as demonstrações financeiras intermediárias *carve-out* condensadas foram elaboradas utilizando-se de premissas para segregação de receitas, despesas, custos, ativos e passivos e, portanto, não necessariamente refletem os resultados operacionais, posição financeira ou fluxo de caixa que teriam sido apresentados caso as entidades fossem uma entidade independente.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, esclarecemos que as informações considerando a Reorganização já constam da demonstração financeira consolidada da companhia incluída ao longo dos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

Abaixo a Companhia apresenta as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação de seu negócio, as quais revisadas regularmente pela administração da Companhia:

(Em milhões de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Investimento (déficit) líquido da controladora	-812,2	-1.090,10
Receita Líquida	3.102,00	3.138,40
Lucro Líq. Logística	114,1	66,3
Lucro Líq. Tesouraria	-85,8	-93,4
Lucro Líq. Total	28,2	-27,1
EBITDA (i)	512,7	406,8
Margens EBITDA (ii)	16,50%	13,00%
Dívida bruta (iii)	3.443,50	3.951,70
Dívida bruta ajustada (iv)	3.235,30	3.951,70
Dívida líquida ajustada (v)	3.101,70	3.280,30
Caixa e equivalente de caixa	54,6	185,9
Títulos e valores mobiliários	15	409,5
Instrumentos financeiros derivativos	64	76
Alavancagem Líquida	6,05	8,06

(i) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização.
- (ii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.
 - (iii) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes.
 - (iv) Dívida Bruta Ajustada é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures e (iv) arrendamentos mercantis a pagar, todos circulantes e não circulantes.
 - (v) Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta Ajustada subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras e a posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. Quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que o *carve-out* terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

b. Estrutura de Capital

(Em milhões de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	3.938,20	4.453,50
Investimento (déficit) líquido da controladora	-812,2	-1.090,10
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	3.125,90	3.363,40
Parcela de capital de terceiros	126%	132%
Parcela de capital próprio	-26%	-32%

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

(Em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Caixa e aplicações financeiras	69,6	595,5
Dívida bruta de curto prazo	727,3	874
Dívida bruta ajustada de curto prazo	691,4	874
Dívida bruta de longo prazo	2.716,20	3.077,70
Dívida bruta ajustada de longo prazo	2.544,00	3.077,70
Dívida bruta	3.443,50	3.951,70
Dívida Bruta ajustada (i)	3.235,30	3.951,70
Dívida líquida ajustada (ii)	3.101,70	3.280,30

- (i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes. Dívida Bruta Ajustada é definida como Dívida Bruta subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.
- (ii) Dívida líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras e a posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida Ajustada é definida como Dívida Líquida subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulantes.

(Em milhões de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Alavancagem Líquida (i)	6,05	8,06
(i) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA de determinado período.		

Em 30 de junho de 2020, a Dívida Bruta Ajustada do *carve-out* registrou R\$3.340,9 milhões, um aumento de R\$105,6 milhões comparado a 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a emissão de CRAs no período.

Em 2019, a Dívida Bruta Ajustada do *carve-out* registrou R\$3.235,3 milhões, uma redução de R\$716,4 milhões comparado ao exercício de 2018, redução composta principalmente devido a amortização de CCBs das linhas do Balanço *carve-out* de Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazos e da amortização de Debêntures de curto e longo prazos.

Em 2018, a Dívida Bruta Ajustada do *carve-out* registrou R\$3.951,7 milhões, composto principalmente pelas linhas do Balanço Combinado Carve-out de Empréstimos e Financiamentos, cujo montante de endividamento refere-se, em sua maioria, à dívida operacional, fonte de financiamento na aquisição de seus ativos dos negócios de logística. Comparado a 2017, a Dívida Bruta Ajustada aumentou em R\$348,2 milhões, principalmente devido a emissão da 12ª debêntures.

Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, por segmento:**Logística**

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em regra, para a aquisição de veículos pesados, utiliza FINAME e captações de bancos comerciais e títulos de renda fixa nos mercados doméstico e internacional, o que em 31 de dezembro de 2017 representava R\$ 347.140 mil, sendo R\$ 44.692 mil vinculados a Selic com uma taxa de juros média de 11,17 % a.a. com vencimento até jul/2022 e R\$ 302.448 mil a 4,25 % a.a. pré-fixados com vencimento até jan/2025; em 31 de dezembro de 2018 representava R\$ 276.579 mil, sendo R\$ 60.315 mil vinculados a Selic com uma taxa de juros média de 10,38 % a.a. com vencimento até dez/2023 e R\$ 216.264 mil a 5,99 % a.a. pré-fixados com vencimento até dez/2028 em 31 de dezembro de 2019 representava R\$ 91.925 mil, a 4,39 % a.a. pré-fixados com vencimento até jan/2025; e em 30 de junho de 2020

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

representava R\$ 63.873 mil a 4,31 % a.a. pré-fixados com vencimento até jan/2025.

1. Contrato de Cédula de Crédito Bancário com a Caixa Econômica Federal de 09 de março de 2017 no valor de R\$ 600.000.000 e vencimento em 09/03/2023. A remuneração é de CDI + 2,55% a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 336.181 e R\$ 335.023 mil, respectivamente.

2. Contrato de Cédula de Crédito Bancário com a Caixa Econômica Federal de 09 de março de 2017 no valor de R\$ 300.000.000,00 e vencimento 09/03/2023. A remuneração é de CDI + 2.55% a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 131.162 mil e R\$ 130.881 mil, respectivamente.

2. Contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander, assinado em 28 de setembro de 2018 no valor de R\$ 300.000 mil e vencimento em 01/10/2021. A remuneração é de CDI+ limite de 2,78% a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 304.162 mil e R\$ 305.758 mil, respectivamente.

3. Contrato de Nota de Crédito à Exportação com Banco Santander (Brasil) S.A, assinado em 06 de maio de 2019 no valor de R\$ 13.700 mil e vencimento 23/04/2021. A remuneração é de 100% DI + limite de 1,50 % a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 14.722 mil e R\$14.221 mil, respectivamente.

4. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 14 de agosto de 2019. A quantidade emitida foi de 850.000 (duzentos e vinte mil) CRA, sendo (i) 487.315 primeira série; e, (ii) 362.685, segunda série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 850.000 mil. O vencimento para o CRA I e II ocorrerá em 17/11/2025. A remuneração é DI+ 0,70% a.a. para o CRA I, e IPCA +3,55% a.a. para o CRA II. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 467.756 mil e R\$ 460.271 mil, respectivamente.

5. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 20 de maio de 2020. A quantidade emitida foi de 400.000 (quatrocentos mil) CRA em única série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 400.000 mil. O vencimento para o CRA em 15/05/2025. A remuneração é IPCA + 6 % a.a. Em 30 de junho de 2020 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 382.576 mil.

6. Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 13.2.0319.1, na modalidade FINEM com o BNDES, assinado em 27 de abril de 2012 no valor de R\$ 43.900 mil, subdividido nos seguintes subcréditos: (i) subcrédito A: no valor de R\$ 38.500 mil, onde desse montante utilizamos apenas o valor de R\$ 34.800 mil; (ii) subcrédito B: no valor de R\$ 5.100 mil; e (iii) subcrédito C: no valor de R\$ 320.000 mil. Os subcréditos A e C serão captados ao custo de 1,40% a.a. acima da TJLP e sobre o subcrédito B incidirão juros de 3,0% a.a. acima da TJLP, acrescida de 1% a.a. (TJ462), com vencimento em 15 de fevereiro de 2019.A. Em 30 de junho de 2020 e

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 6.089 mil e R\$ 10.803 mil, respectivamente.

Nossos empréstimos FINEM possuem hipótese de vencimento antecipado caso seja proferida sentença condenatória transitada em julgado no âmbito do processo criminal atualmente em andamento perante a 1ª Vara Criminal de Salvador, Estado da Bahia. A referida ação penal refere-se ao suposto envolvimento do nosso acionista controlador e Diretor Presidente, Sr. Fernando Antônio Simões, em fraudes de licitação pública, conforme descrito no item 4.7 deste Formulário de Referência.

7. Cinco contratos do Fundo Constitucional de Financiamento dos Bancos Nordeste com Banco da Amazônia, assinados entre 27 de fevereiro de 2014 e 11 de novembro de 2019, com último vencimento em 10/07/2024. A remuneração média pré-fixada é de 4,51 % a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 37.230 mil e R\$ 38.935 mil, respectivamente.

8. Contratos de Crédito Direto ao Consumidor com Banco da Volkswagen, assinados entre 20 de dezembro de 2019 e 25 de março de 2020, com último vencimento em 21/03/2022. A remuneração média pré-fixada é de 11,33 % a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 15.482 mil e R\$ 377 mil, respectivamente.

Tesouraria

9. Contrato referente à 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado em 15 de julho de 2013, no valor de R\$ 400.000 mil. O vencimento da segunda e terceira série ocorrerá em 15/07/2020. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,20 % a.a. para a segunda série e IPCA + 7,50% a.a. para a terceira série. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 163.625 mil e R\$ 161.509 mil, respectivamente.

10. Contrato referente à 8ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado em 15 de abril de 2014, no valor de R\$ 400.000 mil. O vencimento da segunda série e da terceira série ocorrerá em 15/06/2021. A remuneração é de IPCA + 8% a.a. para a segunda série e 118,5% DI a.a. para a terceira série. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 74.758 e R\$ 151.547 mil, respectivamente.

11. Em 24 de outubro de 2013, foi aprovada a 7ª emissão de debentures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R\$ 10.000,00 totalizando R\$ 170,0 milhões, de série única, não conversíveis em ações. As debêntures possuem prazo de duração de 6 anos, a contar da data de emissão em 24 de outubro de 2013, vencendo em 24 de outubro de 2019 e a atualização de seu valor será equivalente a 117,5% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "taxa DI over extra grupo.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 09 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a 9ª emissão pública de debêntures, de espécie quirografária ("9ª Debênture"), não conversíveis em ações, sem garantias, escriturais e nominativas, com emissão em 15 de dezembro de 2014. Tal operação compreendia a emissão de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o valor total de R\$250,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2021. A emissão era composta de 2 (duas) séries, sendo a primeira série com remuneração correspondente a 116,0% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI e a segunda série com remuneração correspondente a 118,5% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI. Tinha como agente fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O valor nominal da primeira série das debentures seria amortizado em 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, com vencimento no 5º ano contado da data de emissão e na data de vencimento da primeira série; o valor nominal da segunda série seria amortizado em 5 (cinco) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 3º (terceiro) ano a partir da data de emissão.

Em 20 de março de 2017, os contratos referentes a 7ª e 9ª emissão de debêntures foram repactuados, tornando-se a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Vortex Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários como agente Fiduciário, no valor de R\$352.000 mil. O vencimento ocorrerá em 20/12/2023. A remuneração é de 125 % DI a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 298.287 mil e R\$ 297.359 mil, respectivamente.

12. Contrato referente à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória com a Vortex Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado em 20 de junho de 2017, no valor de R\$ 400.000 mil e vencimento em 20/11/2025. A remuneração é de 127,5% DI a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 393.333 mil e R\$ 393.686 mil, respectivamente.

Contrato referente à 12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, escriturada com a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado em 20 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 600.000 mil e vencimento em 20/04/2025. A remuneração é de 100% DI + spread de 1,95% a.a. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 556.194 mil e R\$ 592.536 mil, respectivamente.

Ativos fiscais identificados

A Companhia possui um ativo fiscal de R\$200.849 mil recuperável (efeito caixa) em 12 meses, originado de retenção na fonte de imposto de renda sobre instrumentos de swap recebidos, registrado na rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar.

A Companhia estima um benefício fiscal de R\$144.997 mil provenientes do ágio das aquisições realizadas em agosto de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da JSL Logística que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da JSL Logística.

Os Negócios da JSL Logística foram divididos em 2 segmentos reportáveis:

- Operações Logística: Refere-se as posições Patrimoniais e de Resultado de todos efeitos provenientes dos impactos operacional e financeiro das operações de logística. Abaixo desse segmento estrutural, temos os diversos segmentos específicos do negócio de logística, como: Florestal, Transporte de Carga, CD, Armazém e Distribuição, Dedicados, Automotivo, Produtos Perigosos, Mineração, Sucro, Fretamento entre outros;
- Tesouraria: Refere-se ao impacto das posições patrimoniais e de Resultado das dívidas e respectivos derivativos, que remanesceram na JSL Logística devido a não anuência dos bancos para a transferência para a Holding, a exemplo das Debêntures da emissão: 6ª, 8ª, 10ª, 11ª e 12ª. O objetivo principal das captações classificadas como tesouraria, foi o de fomentar e assegurar o desenvolvimento econômico e financeiro de todas as empresas e negócios da Companhia e suas controladas. Portanto, a entidade *carve-out* é a devedora legal dessas dívidas. Além disso, não podemos alocar caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras diretamente a cada segmento, estamos assumindo a premissa de 50% para cada segmento.

	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2018		
	Logística	Tesouraria	Total	Logística	Tesouraria	Total	Logística	Tesouraria	Total
Receita líquida de prestação de serviços, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	2.826,8	-	2.829,6	3.102,0	-	3.105,1	3.138,4	-	3.138,4
Custo de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(2.358,4)	-	(2.360,7)	(2.528,0)	-	(2.530,5)	(2.576,5)	-	(2.576,5)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(166,8)	-	(167,0)	(161,3)	-	(161,4)	(168,5)	-	(168,5)
Lucro bruto	301,7	-	302,0	412,8	-	413,2	393,5	-	393,5
Despesas comerciais	(17,7)	-	(17,8)	(17,9)	-	(17,9)	(17,7)	-	(17,7)
Despesas administrativas	(130,7)	-	(130,8)	(114,4)	-	(114,5)	(143,4)	-	(143,4)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(8,6)	-	(8,6)	2,9	-	2,9	(5,5)	-	(5,5)
Outras receitas operacionais, líquidas	50,7	-	50,8	0,5	-	0,5	3,2	-	3,2
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	195,4	-	195,6	284,0	-	284,3	230,1	-	230,1
Resultado financeiro líquido	(118,2)	(66,5)	(184,9)	(134,6)	(133,9)	(268,6)	(136,1)	(132,3)	(268,4)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	77,2	(66,5)	10,7	149,4	(133,9)	15,7	93,9	(132,3)	(38,4)
Total do imposto de renda e da contribuição social	7,4	22,9	30,3	(35,3)	48,1	12,7	(27,6)	38,9	11,3
Lucro (prejuízo) líquido do exercício proveniente de operações continuadas	84,6	(43,6)	41,1	114,1	(85,8)	28,4	66,3	(93,4)	(27,1)

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**b. Alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras****COMPARAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhões de R\$, exceto índices)	31/12/2019	AV	AH	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Receita Líquida	3.102,00	100,00%	-1,20%	3.138,40	100,00%	-36,4
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	-2.528,00	-81,50%	-1,90%	-2.576,50	-82,10%	48,5
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	-161,3	-5,20%	-4,30%	-168,5	-5,40%	7,2
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	-2.689,20	-86,70%	-2,00%	-2.744,90	-87,50%	55,7
(=) Lucro bruto	412,8	13,30%	4,90%	393,5	12,50%	19,3
(-) Despesas comerciais	-17,9	-0,60%	1,00%	-17,7	-0,60%	-0,2
(-) Despesas gerais e administrativas	-114,4	-3,70%	-20,20%	-143,4	-4,60%	29
(-) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	2,9	0,10%	-152,90%	-5,5	-0,20%	8,4
(-) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	0,5	0,00%	-83,40%	3,2	0,10%	-2,7
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	284	9,20%	23,40%	230,1	7,30%	53,9
(=) Resultado financeiro líquido	-268,5	-8,70%	0,00%	-268,5	-8,60%	0
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15,5	0,50%	-140,40%	-38,4	-1,20%	53,9
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	12,7	0,40%	12,70%	11,3	0,40%	1,4
(=) Lucro líquido do exercício	28,2	0,90%	-204,10%	-27,1	-0,90%	55,4

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Receita líquida

A receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.102,0 milhões comparativamente a R\$3.138,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$36,4 milhões, ou -1,2%, sobretudo devido ao foco em contratos de maior rentabilidade e ao encerramento de atividades operacionais pontuais de alguns clientes.

Custo de prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

Os Custos em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$2.689,2 milhões comparativamente a R\$2.744,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma melhora de R\$55,7 mil, ou -2,0%, uma queda superior à queda da Receita Líquida. Observou-se menores custos com agregados e terceiros, bem como menor custo com combustíveis e lubrificantes visto que parte do abastecimento de terceiros passou para a responsabilidade do cliente.

Lucro bruto

Lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$412,8 milhões comparativamente a R\$393,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$19,3 milhões. A margem bruta foi de 13,3% e 12,5% nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, devido aos motivos mencionados acima.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$-114,4 milhões comparativamente a R\$-143,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$29,0 milhões, devido principalmente a aluguéis de imóveis de terceiros de R\$4,5 milhões, serviços contratados administrativo de R\$3,0 milhões, serviços contratados de informática de R\$4,7 milhões, serviços contratados jurídicos de R\$4,4 milhões e despesas tributárias R\$4,8 milhões

Perdas esperadas (impairment) de contas a receber

Perdas esperadas (impairment) de contas a receber no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$2,9 milhões comparativamente a R\$-5,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$8,4 milhões, por conta de recebimentos de valores previamente registrados como perdas esperadas.

Imposto de renda de contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$12,7 milhões comparativamente a R\$11,3 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$1,4 milhão. Essa variação se deu principalmente pela redução do imposto diferido, que foi de R\$10,6 milhões em 2019, uma redução de R\$25,4 milhões em relação aos R\$36,0 milhões apresentados em 2018. O imposto corrente foi de R\$2,1 milhões no ano de 2019, uma variação de R\$26,8 milhões em relação a 2018, que foi R\$-24,7 milhões.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Lucro do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$28,2 milhões, sendo **R\$114,1 milhões** de lucro atribuído ao segmento de **Logística** e prejuízo de R\$85,8

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

milhões no segmento de Tesouraria. Em 2018, o lucro do segmento de **Logística** foi de **R\$66,3** milhões, enquanto no segmento de tesouraria o resultado foi negativo em R\$93,4 milhões, resultando em um prejuízo líquido total de R\$27,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Balanços Patrimoniais

Balanço Patrimonial					
Valores em milhões de R\$	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
ATIVO	3.125,90	100,00%	3.363,40	100,00%	-237,5
Circulante	1.182,00	37,80%	1.508,20	44,80%	-326,3
Caixa e equivalentes de caixa	54,6	1,70%	185,9	5,50%	-131,3
Títulos e valores mobiliários	15	0,50%	409,5	12,20%	-394,6
Instrumentos financeiros derivativos	32,2	1,00%	-	0,00%	32,2
Contas a receber	674	21,60%	632	18,80%	42
Estoques	28,5	0,90%	29,7	0,90%	-1,2
Tributos a recuperar	54,5	1,70%	39,6	1,20%	14,8
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	126,6	4,10%	117,1	3,50%	9,5
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	107	3,40%	37,7	1,10%	69,3
Despesas antecipadas	13,9	0,40%	11,2	0,30%	2,8
Adiantamentos a terceiros	46,4	1,50%	24	0,70%	22,5
Outros créditos	29,3	0,90%	21,6	0,60%	7,7
Não Circulante	202,8	6,50%	282,5	8,40%	-79,6
Instrumentos financeiros derivativos	31,8	1,00%	76	2,30%	-44,2
Contas a receber	16,8	0,50%	24,5	0,70%	-7,7
Tributos a recuperar	63,8	2,00%	60,9	1,80%	2,9
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20,5	0,70%	20,5	0,60%	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	0,40%	12,2	0,40%	1,8
Partes relacionadas	-	0,00%	33,6	1,00%	-33,6
Depósitos judiciais	53,5	1,70%	52,3	1,60%	1,2
Outros créditos	2,5	0,10%	2,4	0,10%	0,1
Realizável a Longo Prazo	1.741,10	55,70%	1.572,70	46,80%	168,4
Imobilizado	1.480,60	47,40%	1.312,90	39,00%	167,7
Intangível	260,5	8,30%	259,8	7,70%	0,7
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.125,90	100,00%	3.363,40	100,00%	-237,5
Circulante	1.023,60	32,70%	1.169,40	34,80%	-145,9
Fornecedores	81,4	2,60%	97,8	2,90%	-16,4
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos e financiamentos	184,9	5,90%	472	14,00%	-287,1
Debêntures	451,9	14,50%	366,6	10,90%	85,3
Arrendamento mercantil a pagar	54,5	1,70%	35,5	1,10%	19,1
Arrendamento por direito de uso	35,9	1,10%	-	0,00%	35,9
Obrigações trabalhistas	128,1	4,10%	128	3,80%	0,1
Imposto de renda e contribuição social a recolher	0	0,00%	0	0,00%	0
Tributos a recolher	43,7	1,40%	42,8	1,30%	0,9
Adiantamentos de clientes	8,1	0,30%	24,1	0,70%	-16,1
Partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	-
Outras contas a pagar	35	1,10%	2,6	0,10%	32,4

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não Circulante	2.914,60	93,20%	3.284,10	97,60%	-369,5
Empréstimos e financiamentos	1.337,40	42,80%	1.443,70	42,90%	-106,4
Debêntures	1.144,70	36,60%	1.586,40	47,20%	-441,7
Arrendamento por direito de uso	61,9	2,00%	47,5	1,40%	14,3
Arrendamentos a pagar	172,3	5,50%	-	0,00%	172,3
Tributos a recolher	0,8	0,00%	1	0,00%	-0,1
Provisão para demandas judiciais e administrativas	48,5	1,60%	54	1,60%	-5,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55,3	1,80%	60,3	1,80%	-5,1
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	84,2	2,70%	80,9	2,40%	3,3
Outras contas a pagar	9,5	0,30%	10,2	0,30%	-0,7
Investimento (déficit) líquido da controladora	-812,2	-26,00%	-1.090,10	-32,40%	277,9
Investimento (déficit) líquido da controladora	-812,2	-26,00%	-1.090,10	-32,40%	277,9

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$1.182,0 milhões, em comparação com R\$1.508,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 37,8% em 31 de dezembro de 2019 e 44,8% em 31 de dezembro de 2018, a seguir mais detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e valores mobiliários” apresentaram saldo de R\$54,6 milhões e R\$15,0 milhões, reduções de R\$131,3 milhões e R\$394,6 milhões, respectivamente. Essa redução foi devido, principalmente, ao pagamento de empréstimos e financiamentos do período.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Contas a receber” apresentou saldo de R\$674,0 milhões e R\$632,0 milhões para o mesmo período de 2018. Este aumento de R\$42,0 milhões ou 6,6% decorreu principalmente de crescimento operacional.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do ativo imobilizado disponibilizado para venda aumentou em R\$69,3 milhões ou 183,8%, apresentando um saldo de R\$107,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$37,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo deste aumento é a frota total renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo não circulante era de R\$1.946,7 milhões em comparação com R\$1.855,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 62,3% em 31 de dezembro de 2019 e 55,2% em 31 de dezembro de 2018, a seguir mais detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Imobilizado" apresentou saldo de R\$1.480,6 milhões e R\$1.312,9 milhões para o mesmo período de 2018. Este aumento de R\$167,7 milhões ou 12,8% decorreu principalmente de aquisição de veículos, máquinas e equipamentos utilizados para a prestação de serviços.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante era de R\$1.023,6 milhões, em comparação com R\$1.169,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 32,7% em 31 de dezembro de 2019 e 34,8% em 31 de dezembro de 2018, a seguir mais detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$184,9 mil em comparação com R\$472,0 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$287,1 mil ou 60,8% foi devido a principalmente ao pagamento de CCBs e CRAs.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$451,9 milhões em comparação com R\$366,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Aumento de R\$85,3 milhões ou 23,3%, devido principalmente a emissão da 12ª Debêntures.

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Arrendamentos por direito de uso" apresentou saldo de R\$35,9 milhões, não existindo saldo no período anterior findo em 31 de dezembro de 2018. Isto se deve pela adoção da nova norma contábil CPC06(R2)/IFRS16 de arrendamento.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$2.914,6 milhões, em comparação com R\$3.284,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 93,2% em 31 de dezembro de 2019 e 97,6% em 31 de dezembro de 2018, a seguir mais detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Empréstimos e financiamentos” apresentou saldo de R\$1.337,4 milhões em comparação com R\$1.443,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$106,4 milhões ou 7,4% se deve principalmente ao pagamento de CCBs e FINAMES.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Debêntures” apresentou saldo de R\$1.144,7 milhões em comparação com R\$1.586,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$441,7 milhões ou 27,8% se deve principalmente da amortização de debêntures no período.

Arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Arrendamentos por direito de uso” apresentou saldo de R\$172,3 milhões, não existindo saldo no período anterior findo em 31 de dezembro de 2018. Isto se deve pela adoção da nova norma contábil CPC06(R2)/IFRS16 de arrendamento.

Investimento (déficit) líquido da controladora

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Investimento (déficit) líquido da controladora” era de R\$-812,2 milhões em comparação com R\$-1.090,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação se deu principalmente devido a variações na contribuição líquida da controladora.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa combinado para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa					
Em milhões de R\$	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	433,5	-330,10%	-97,9	-150,10%	531,4
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-37,4	28,50%	-32,5	-49,80%	-4,9
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-527,4	401,70%	195,7	299,90%	-723,1
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-131,3	100,00%	65,3	100,00%	-196,6
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	185,9	-141,60%	120,7	184,90%	65,3
No final do exercício	54,6	-41,60%	185,9	284,90%	-131,3
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-131,3	100,00%	65,3	100,00%	-196,6

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.*****Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais***

O caixa gerado nas atividades operacionais totalizou R\$433,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa utilizado de R\$-97,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$531,4 milhões. Essa variação decorreu principalmente de resgates de investimentos em títulos e valores mobiliários no valor de R\$394,6 milhões no período de 2019.

Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$-37,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$-32,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento na utilização do caixa de R\$4,9 milhões é decorrente principalmente pela utilização de caixa para adição ao intangível.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$-527,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa gerado de R\$195,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$-723,1 milhões. Essa variação decorreu principalmente do pagamento de empréstimos e financiamentos no valor de R\$1.322,1 milhões no exercício de 2019, da captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, no valor de R\$514,0 milhões e pelas variações na contribuição da controladora, no valor de R\$247,9 milhões.